

14



História Oral do Supremo
[1988-2013]

Ilmar Galvão

Fernando de Castro Fontainha
Fábio Ferraz de Almeida
[orgs.]



14

EDIÇÃO FGV DIREITO RIO



Obra Licenciada em Creative Commons

Atribuição – Uso Não Comercial – Não a Obras Derivadas

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Fechamento da 1ª edição em agosto de 2016

Este livro consta na Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Coordenação ■ Rodrigo Vianna, Sérgio França e Thais Mesquita

Projeto gráfico e capa ■ eg.design Evelyn Grumach

Diagramação ■ Priscilla Tipping

1ª Revisão ■ Antônio dos Prazeres

2ª Revisão ■ Marcia Glenadel Gnanni Ernesto

História oral do Supremo (1988-2013), v.14: Ilmar Galvão / Fernando de Castro Fontainha, Fábio Ferraz de Almeida (orgs.) / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. - Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2016. 89p.

Em colaboração com a Direito GV e o CPDOC.
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85- 63265-65- 4

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Galvão, Ilmar Nascimento, 1933-. I. Fontainha, Fernando de Castro. II. Almeida, Fábio Ferraz de. III. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. IV. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. V. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CDD – 341.4191

Todos os direitos desta edição reservados à FGV DIREITO RIO

Praia de Botafogo, 190 | 13º andar

Rio de Janeiro | RJ | Brasil | CEP: 22250-900

55 (21) 3799-5445

www.fgv.br/direitorio

14

História Oral do Supremo **<1988-2013>**

Ilmar Galvão

Fernando de Castro Fontainha

Fábio Ferraz de Almeida

(orgs.)

Sumário

1	Apresentação	06
2	Prefácio à entrevista do ministro Ilmar Galvão	08
3	Roteiro do ministro Ilmar Galvão	16
	Fontes	20
4	Entrevista com o ministro Ilmar Galvão	21
	Origens familiares: a morte do pai, o início da vida de trabalhador e os estudos ginasiais	22
	O concurso no Banco do Brasil; a mudança para São Paulo; a mudança para o Rio de Janeiro; o trabalho no banco	23
	A amizade com Reis Velloso; a escolha pelo direito e o início dos estudos na faculdade	25
	A ideia de sair do Rio de Janeiro; a ida para Rio Branco/AC, em 1964; o perfil esquerdista na época de estudante; a participação em piquetes de greves do Banco do Brasil; amigos da faculdade e professores	28
	A ida para o Acre no contexto da Revolução de 1964; o encontro com a futura esposa; a decisão de permanecer no Acre	35
	A indicação para a Justiça Federal; o processo de construção da Faculdade de Direito do Acre; a criação da Universidade Estadual do Acre	39
	A indicação para juiz federal no Distrito Federal e a mudança para Brasília	43
	O início dos trabalhos na Justiça Federal no Distrito Federal; a lista de indicações para o Tribunal Federal de Recursos	45
	A indicação para o Supremo Tribunal Federal	48
	O primeiro dia no STF; o caso Collor; a pressão da imprensa	53
	O apreço pelo direito tributário	56

A visita recente ao STF; o volume de processos nos tribunais	58
A organização do gabinete no STF e o trabalho cotidiano; a nomeação dos assessores	59
O diálogo com interessados políticos em processos judiciais	62
A morosidade do Poder Judiciário	64
A experiência com a justiça eleitoral no TSE	66
O caso Collor: alguns debates; TV Justiça e publicidade dos julgamentos das Supremas Cortes	68
O caso dos expurgos inflacionários do FGTS; o sistema de julgamento por despacho	73
O último ano no STF; a eleição para presidência do STF e a saída do tribunal; o exercício interino da presidência	75
A vida pós-STF	76
O processo de seleção da urna eletrônica a ser usada no Brasil	78
O último dia no Supremo: o agradecimento à mãe, as lembranças de uma infância pobre	82
Considerações finais	85
5 Equipe do projeto	87

1

Apresentação

Joaquim Falcão, Diretor da FGV DIREITO RIO

Oscar Vilhena Vieira, Diretor da FGV Direito SP

Celso Castro, Diretor do FGV/CPDOC

Em 5 de outubro de 1988 foram concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e foi promulgada a nossa Constituição Federal, vigente até hoje. Chamada por Ulysses Guimarães de “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social”, a CF/88 é marco inquestionável de uma nova fase da história do Brasil.

Desde então, tem havido uma grande convergência intelectual, um enorme esforço dos acadêmicos brasileiros para compreender o impacto desse documento no Brasil contemporâneo. Várias áreas das ciências humanas, por meio de diversas abordagens, vêm privilegiando estudos em que a nossa Constituição e o Supremo Tribunal Federal encontram centralidade.

Várias são as instituições e atores sociais que, no dia a dia, dão vida e existência concreta à nossa Constituição. Neste contexto, surgiu a ideia de contribuir de forma inovadora para este tão profícuo e importante debate: a aplicação do método-fonte-técnica da História Oral do Supremo, nestes primeiros 25 anos de vigência da Constituição.

Seguindo sua tradicional missão institucional de contribuir para o conhecimento e o aprimoramento das instituições democráticas e republicanas do Brasil, a Fundação Getúlio Var-

gas decidiu mobilizar esforços no sentido da construção de uma inédita base de dados qualitativos sobre o Supremo, composta de entrevistas realizadas com aqueles que compuseram a corte entre 1988 e 2013.

Para tanto, uniram-se as suas duas escolas de direito, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a Escola de Ciências Sociais/CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Ambas as escolas de Direito da FGV, mesmo com apenas pouco mais de dez anos de atividade, já se firmaram no ensino jurídico nacional como instituições propuloras de um pensamento arrojado, inovador, multidisciplinar, e conectado com os desafios da atualidade. E um olhar sobre o Brasil. Já o CPDOC traz quase quarenta anos de *expertise* em pesquisas em História Oral, uma vez que atua nesta frente de trabalho desde 1975.

Este volume, assim, é parte integrante do projeto “História Oral do Supremo”, uma contribuição da FGV para a história contemporânea do Brasil. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará a narrativa do ministro Ilmar Galvão sobre sua própria trajetória, marcada notadamente pela atividade de magistrado na nossa mais alta corte. Boa leitura! 

2

Prefácio à entrevista do ministro Ilmar Galvão

**Nelson Jobim
Fernando Fontainha**

Esta pesquisa pretende trazer às comemorações dos 25 anos da Constituição Federal um novo discurso científico sobre a Suprema Corte brasileira: sua história oral. Numa empreitada da FGV DIREITO RIO, em conjunto com a Direito GV e o CPDOC, pretende-se reconstruir e reinterpretar a história recente do STF a partir de entrevistas com os magistrados que compuseram nestes últimos 25 anos, com recurso ao método-fonte-técnica da História Oral. A perspectiva dos atores que compuseram a corte e a maneira como eles reinterpretem fatos, à luz de experiências vividas, permitirão a construção de uma narrativa sobre os aspectos sociais e políticos da história recente do Supremo. Contando-nos a história da sua relação com a instituição, nos contarão a história da instituição.

Sete etapas foram previstas para a realização da pesquisa: (1) um breve programa de capacitação metodológica a ser ministrado pelos pesquisadores aos assistentes de pesquisa e bolsistas de iniciação científica, (2) a coleta de dados sobre o STF no período em questão, (3) a coleta de dados específica sobre cada um dos ministros a serem entrevistados, (4) a consolidação dos dados coletados e a elaboração dos roteiros de entrevista, (5) a realização das entrevistas com os ministros, (6) o tratamento e a análise dos dados coletados, e, finalmente, (7) a elaboração dos produtos finais da pesquisa, dentre os quais se destaca a presente entrevista com o ministro Ilmar Galvão.

O que efetivamente esta pesquisa visa produzir é uma *história oral temática*, não uma história oral tradicional, no seu sentido mais amplo. O que se pretende é a construção de uma *biografia institucional* do STF com o marco temporal da vigência da Constituição Federal de 1988, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de *biografia coletiva* daqueles que o integram e o integraram nesse período. O interesse é estabelecer conexões entre a *trajetória* dos seus ministros e ex-ministros – e não sua biografia ou sua história de vida – e a corte. Note-se a existência de uma dupla perspectiva: individual e

institucional. Num primeiro momento, deve-se investigar como foram construídas trajetórias profissionais que permitiram o ingresso dos nossos colaboradores no STF. Em seguida, é preciso constatar como a experiência de ser um ministro daquela corte vai complementar suas trajetórias, marcar suas vidas.

Tornar-se parte e habitar uma instituição implica um processo longo, complexo e reflexivo. Do ponto de vista estritamente formal, podemos extrair um critério básico que distingue *insiders* e *outsiders* do STF, e que foi crucial para o recorte da população de entrevistados: existe um procedimento objetivo e racional de escolha, investidura e exercício das funções de ministro. No entanto, este critério não nos leva mais longe. É necessário ver para além dos requisitos e procedimentos legais de admissão, bem como além dos misteres funcionais dos ministros do Supremo. Cada um dos colaboradores entrevistados traz na sua trajetória um acúmulo de *capital social* (jurídico, político, econômico...) que sustentou seu ato de candidatura e permitiu seu ingresso efetivo na corte, bem como autorizou ou limitou seu *repertório de ação* enquanto ministro da corte.

Um dos problemas de pesquisa enfrentados foi: como se relacionam a trajetória profissional e as interações e negociações que precedem a nomeação? Em outras palavras: como ocorre fina e efetivamente este processo de circulação simbólica do capital social acumulado previamente no momento de uma disputa pela nomeação? A pesquisa não supôs que seria descoberta uma “trajetória modelo”, e igualmente processos de nomeação similares. Trabalhamos com a hipótese de que existem múltiplas maneiras de acumular capital social o mais variado a ponto de alçar alguém à posição de “supremável”. Portanto, além de mapear essas trajetórias, tentando até traçar conexões e convergências entre elas, a pesquisa terá a ambição de determinar como ocorre a determinação do *turning point* entre construir num longo prazo uma trajetória elitária (no

direito, na política...) e construir deliberadamente um ato de candidatura ao STF.

Assim, pretende-se estabelecer, num segundo momento, como a trajetória profissional, seguida pelo plano deliberado de candidatura, vai determinar o enquadramento institucional do processo formal de negociação, indicação, sabatina e nomeação de um ministro do Supremo. O longo processo de ingresso na corte, compreendendo estas três etapas – acúmulo de capital social ao longo de uma trajetória, planejamento estratégico de um ato de candidatura e procedimento formal de investidura no cargo, pode nos fornecer chaves imprescindíveis para determinar o quadro interacional e institucional dentro do qual cada ministro se encontrava ao ingressar na corte, e qual sua força compromissória na continuidade da sua atuação.

A alçada ao estatuto de ministro do Supremo é fato que inaugura novo capítulo na trajetória de qualquer jurista. Assim, viver experiências semelhantes produz trajetórias semelhantes e discursos sincrônicos: uma memória coletiva da instituição. No entanto, não podemos esperar que assim ocorra, não apenas porque as experiências vividas por cada indivíduo podem conter particularidades: a maneira como eles vivem e relatam essas experiências – ainda que as vivenciem – pode ser diferente.

É neste ponto que se reafirma a necessidade de construir determinantes estáveis a partir de todo o processo que culminou com o efetivo ingresso na instituição. Ainda que não se consiga precisar como atua um ministro do STF, teremos parâmetros minimamente objetivos para mapear algumas continuidades acerca de repertórios de ação de um ministro do STF. No lugar dos conceitos de *status* e função, devemos considerar o *papel* que cada um deles ocupa e desempenha no seio e diante da dinâmica da instituição, e como esta objetiva suas expectativas na forma de restrições – internas ou externas – ao possível alargamento do repertório de ação individual.

Desta forma, foram escolhidos dois enfoques principais

para a construção desta demonstração. Primeiramente, é necessário saber como – e se – o cotidiano do STF contribui para a internalização de práticas institucionais relativamente uniformizadoras, que se perpetuam através das gerações de ministros pela rotinização (e não *inculcação*). Em outras palavras: como se resolve a dicotomia entre a determinação individual autônoma de um repertório de ação e a contextualização institucional de um quadro fixo de condutas pertinentes. Em segundo lugar, numa abordagem oposta, deve ser desbastada a ampla rede de interações que acaba por construir o sentido do “extraordinário” no seio da instituição. A maneira como cada membro distingue o trabalho rotineiro do trabalho relevante e reconhece determinada tarefa como crucial, decisiva ou hierarquicamente mais importante nos fornecerá pistas para determinar como um determinado caso se transforma efetivamente num *hard case*, ou *leading case*, o que pode ser academicamente aproveitado na forma de um **caso gerador**, conforme proposição de Paulo Freyre.

Feito isto, a pesquisa terá condições de investigar mais detidamente como se formam os consensos, as coalizões e as disputas em torno destes casos, diante da necessidade prática de se julgar em colegiado, tendo em vista ainda a eventual permissividade institucional do julgamento monocrático.

Assim, serão quatro os momentos privilegiados na trajetória de nossos entrevistados a serem explorados na composição de uma história oral do STF: sua trajetória prévia, o ingresso, o cotidiano e o *hard case*.

Não podemos tratar da pertença ao STF sem o uso da noção de *elite*. Por força de seu contexto institucional, o Supremo é muito mais do que o lugar onde se reúne a elite judiciária brasileira. Muito embora ele seja a corte de maior hierarquia do sistema judicial, não é – necessariamente – uma trajetória de carreira exemplar no seio do Poder Judiciário que garante o ingresso de um novo membro. A ruptura com a tradicional subida

de hierarquia burocrática da Justiça produz uma multiplicidade de possibilidades no que tange a reconversão dos mais variados tipos de capital social, notadamente o político e o jurídico. De igual sorte, o regime formal de administração do trabalho cotidiano afasta bastante a rotina de um magistrado de primeiro ou segundo grau da de um ministro do STF. Os primeiros se aproximam de burocratas tradicionais – funcionários públicos – enquanto no Supremo os membros se organizam de forma semelhante aos agentes políticos parlamentares. Finalmente, a brusca diferença de impacto entre as decisões proferidas pelo Supremo e as dos demais tribunais da República, *per se*, põe esta corte na posição de produtora dos critérios distintivos e do conteúdo do “marcante” e do “relevante” no mundo da Justiça e do direito.

Portanto, seguem algumas questões de pesquisa que compuseram nosso esforço de coleta de dados por entrevista:

- Quais são as trajetórias que tornam alguém “supremável”?
- Quando se começa a trabalhar objetivamente para ser do STF?
- Como se passa o processo de escolha e indicação pelo presidente?
- Como se passa a sabatina no Senado? Ela é mesmo *pro forma*?
- Como um ministro “novato” é recebido no Supremo?
- Como é a rotina de trabalho de um ministro do STF?
- Como interagem e/ou competem os ministros entre si?
- Como é o convívio com demais atores internos (assessores, funcionários...)?
- Como é o convívio com demais atores externos (advogados, políticos, imprensa...)?
- Qual foi o impacto da instituição da transmissão televisiva das sessões?
- Como um determinado caso se torna um *hard case*?

- Como surgem consensos na separação do trabalho “ordinário” do “relevante”?
- Quais atores externos influem na construção de um *hard case* (imprensa, políticos...)?
- Como se compõem coalizões e se resolvem divergências no julgamento dos *hard cases*?

O caráter profano do direito enquanto pretensa área do conhecimento ou ramo da ciência vem sobretudo da sua proximidade com o exercício do poder político. A história do direito, das profissões e das instituições jurídicas se confunde com o desenvolvimento de uma atividade que jamais conseguiu reivindicar e efetivar plenamente sua autonomia em relação à política e à razão de Estado. Não sabe até hoje se existe para regulá-la ou é por ela regulado.

Entretanto, no lugar de alimentar mais uma discussão normativa e conceitual sobre a relação entre direito e política, a reconversão do capital manejado no campo jurídico e no campo político por atores concretos pôde enfim ser objeto de mais uma pesquisa empírica. A partir da construção das trajetórias individuais dos ministros, da memória coletiva e da história oral do Supremo, esta pesquisa pretende contribuir profundamente para o conhecimento que possuímos acerca de nossa recente história republicana.

História esta contada através da narrativa do ministro Ilmar Galvão, que nos guia por suas origens sociais, desde seu nascimento no interior da Bahia, na cidade de Jaguaquara. Em seguida, tratamos de sua formação ginasial ainda na Bahia, passando pelo concurso do Banco do Brasil, até chegarmos a sua formação acadêmica, na Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro. Após concluir a graduação, decidiu rumar para Rio Branco, no Acre, pouco antes da Revolução de 1964. Por lá, casou-se e fez carreira no Banco do Brasil e depois no Banco do

Estado do Acre, ocupando cargos diversos até receber o convite para ser juiz na recém-criada Justiça Federal. Ainda em Rio Branco, participou ativamente da criação da Faculdade de Direito do Acre e, posteriormente, da Universidade Estadual do Acre. Em sequência, o entrevistado narra em detalhes sua transferência para Brasília/DF e a posterior indicação para o Tribunal Federal de Recursos. Comenta, ainda, sobre sua ida para o Supremo Tribunal Federal, contando minuciosamente como foram sua nomeação e os primeiros meses de trabalho na corte. Sobre o período no STF, ele relata a experiência de participar do caso Collor e nos conta sobre a pressão da imprensa à época. O ministro ainda descreve a organização de seu gabinete e o papel da TV Justiça no cenário jurídico brasileiro. Em seguida, fala de seu trabalho como presidente do TSE e de seu envolvimento no processo de escolha das urnas eletrônicas. Encerra a entrevista falando sobre sua aposentadoria e suas atividades profissionais atuais.

Neste volume, apresentamos a entrevista com o ministro Ilmar Galvão, com o objetivo de divulgação de importante fonte sobre a história recente do Supremo. Esperamos que esta postura metodológica cumpra dois objetivos muito caros para a área de direito. Em primeiro lugar, ela colabora na valorização dos dados brutos coletados por pesquisadores como verdadeiros produtos científicos. Em segundo, pretende alçar o aspecto metodológico ao coração da produção acadêmica, seja pela disponibilização pública de uma fonte, seja pela explicitação dos meios empregados para produzi-la. Por estas razões, neste volume, o leitor encontrará o roteiro utilizado – com suas respectivas fontes – antecedendo a transcrição da entrevista.

3

Roteiro de entrevista ministro Ilmar Galvão

**Fábio Ferraz de Almeida
Thiago Filippo Silva Jorge**

- 1933** Nasceu em 2 de maio em Jaguaquara, Bahia, filho de Ananias Leal Galvão e D. Otília Nascimento Galvão. Era o segundo de uma série de seis filhos.
- 1940** Inicia estudos no Ginásio Taylor-Egídio em sua terra natal.
- 1941** Falece o pai, Ananias Leal Galvão.
- 1947** Término dos estudos de primeiro grau. Começa a trabalhar como auxiliar de cartório.
- 1954** Inicia estudos de segundo grau na Escola Técnica de Comércio de Jequié, na cidade homônima, ainda na Bahia.
- 1955** Inicia a carreira no Banco do Brasil S.A., que viria a terminar em 1967.
- 1956** Término dos estudos de segundo grau. É transferido para São Paulo.
- 1959** Faz uma permuta com um colega de trabalho, sendo transferido para o Rio de Janeiro/RJ. Inicia curso superior na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- 1963** Torna-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.
- 1964** Torna-se, no âmbito do Banco do Brasil, diretor da Organização e Controle da Secretaria de Planejamento do Estado do Acre, função que desempenha até o ano seguinte. Integrou a Diretoria do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Acre.
- 1965** Casa-se com Terezinha Sílvia Lavocat Galvão. Neste ano e no subsequente, ocupou o cargo no Banco do Brasil de diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Estado do Acre. Participou do Conselho Regional de Desportos do Acre. Inicia a carreira no magistério como professor titular do Departamento de Direito da Universidade Federal do Acre, cargo que exerce até 1979.
- 1966** Torna-se presidente do Banco do Estado do Acre e mantém

o cargo até 1967, quando encerra carreira no Banco do Brasil. Preside o Conselho Penitenciário do Acre deste ano até o seguinte.

- 1967** Ingressou na magistratura como juiz federal da Seção Judiciária do Acre, permanecendo até 1979. Exerceu as funções de diretor do Foro e corregedor da Seção Judiciária.
- 1970** Participa do Conselho Estadual de Cultura, deste ano até 1974.
- 1971** É membro das comissões incumbidas do Programa de Bolsas de Trabalho no Estado do Acre.
- 1973** Realiza cursos de extensão e especialização em Direito Penal e Organização do Trabalho Intelectual.
- 1974** Curso de extensão acerca do Novo Código de Processo Civil. Participou no levantamento contábil do Estado do Acre. Torna-se vice-diretor e diretor da Faculdade de Direito do Estado do Acre, função que ocupa até 1977.
- 1975** Faz parte da Organizadora Regional da Conferência Nacional de Abastecimento – Confenab e colaborou na elaboração dos estatutos da Universidade do Acre. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Acre até 1982. Reitoria na Universidade Federal do Acre.
- 1976** Curso de especialização em Direito Agrário. Reitoria na Universidade Federal do Acre.
- 1978** Ocupa o cargo, neste ano e no seguinte, de chefe do Departamento de Direito da Universidade do Acre. Reitoria na Universidade Federal do Acre.
- 1979** Foi juiz federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, deste ano até 1985.
- 1981** Professor de Teoria Geral do Direito Privado na UnB (até 1999).
- 1982** Deste ano até 1984, foi juiz federal, diretor e corregedor da Seção Judiciária do estado de Rondônia.

- 1985** Exerceu funções de diretor do Foro e corregedor da Seção Judiciária do Distrito Federal, neste ano e no subseqüente. Nomeado por decreto e empossado ministro do Tribunal Federal de Recursos.
- 1988** Com o advento da nova Constituição e a instituição do STJ, passou a fazer parte da composição deste Tribunal, uma vez extinto o Tribunal Federal de Recursos do qual fazia parte.
- 1991** Torna-se ministro do STF, indicado por Fernando Collor de Melo, nomeado por decreto, empossado em junho, ocupando a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Aldir Passarinho.
- 1992** Torna-se juiz substituto no TSE. Foi o relator do inquérito policial que investigava o envolvimento do presidente Collor com o esquema de corrupção descoberto no interior do governo federal, cujo principal agente era o antigo tesoureiro da campanha e amigo pessoal do presidente, Paulo César Farias. Foi o relator da denúncia contra o presidente afastado, formulada pela Procuradoria-Geral da República.
- 1993** Em dezembro, votou a favor do mandado de segurança impetrado pelo ex-presidente contra a decisão do Senado, entendendo que Collor deveria ser novamente investido de suas funções na presidência.
- 1994** Torna-se juiz efetivo no TSE. Votou novamente a favor de Fernando Collor no processo em que o ex-presidente respondia por crime de corrupção passiva e formação de quadrilha.
- 1996** Neste ano e no seguinte, desempenha a vice-presidência do TSE.
- 1997** Ascende à presidência do TSE, exercendo o cargo até o início de 1999.
- 1999** Deixa o magistério na UnB.

- 2001** Eleito vice-presidente do STF, toma posse em maio, juntamente com a presidência do ministro Marco Aurélio.
- 2003** Em Sessão Ordinária do Plenário do STF, realizada em 9 de abril, foi eleito para o cargo de presidente da Corte, mas declinou em razão de sua aposentadoria próxima. Aposenta-se do STF em maio, em decorrência de ter atingido a idade limite para exercer o cargo. Na última Sessão Plenária da qual participou, em 30 de abril, por ele presidida em função da ausência de Marco Aurélio, foi homenageado em discursos nos quais se manifestaram o ministro Sepúlveda Pertence, em nome de seus pares, o procurador-geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, representando o Ministério Público Federal, o advogado-geral da União, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, e o ministro aposentado Aldir Passarinho.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro (CPDOC/FGV):

Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 20. set. 2012.

Pasta do ministro no Portal do Supremo Tribunal Federal:

Acesso em: 17 set. 2012. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=IlmarGalvaoPrincipal>>

4

Entrevista com o ministro Ilmar Galvão

Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV DIREITO RIO), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Escola de Direito de São Paulo (Direito GV).

PROJETO > **História Oral do Supremo (1988-2013)**

ENTREVISTADO > **Ilmar Nascimento Galvão**

LOCAL > **Brasília, DF**

ENTREVISTADORES > **Fernando de Castro Fontainha, Fábio Ferraz de Almeida**

PARTICIPANTES > **Ludmila Galvão, Nelson Jobim**

TRANSCRIÇÃO > **Maria Izabel Cruz Bitar**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **1º de dezembro de 2012**

CONFERÊNCIA FIDELIDADE > **Fábio Ferraz de Almeida e Thiago Filippo Silva Jorge**

DATA DA CONFERÊNCIA > **13 de maio de 2015**

ENTREVISTA > **25 de setembro de 2012**

Origens familiares: a morte do pai, o início da vida de trabalhador e os estudos ginasiais

[FERNANDO FONTAINHA > FF] — *Origens familiares: a morte do pai, o início da vida de trabalhador e os estudos ginasiais*

[ILMAR GALVÃO > IG] — Meu nome é Ilmar Nascimento Galvão; nasci no dia 2 de maio de 1933, numa cidadezinha do interior da Bahia chamada Jaguaquara. É um nome interessante porque significa, em linguagem indígena, toca da onça, jaguar e quara. Fica no sudoeste da Bahia, na região de Jequié. É uma espécie de satélite da cidade de Jequié, que eu gosto de mencionar porque é mais conhecida. Meu pai, Ananias Leal Galvão, e minha mãe, Otilia Nascimento Galvão.

[FF] — *Perfeito. E, ministro, o senhor perdeu relativamente cedo o seu pai; ele falece em 1941.*

[IG] — Em 1941. Fiquei com 7 anos. Eu era o segundo de cima para baixo. O mais velho, Ivaldo, morreu afogado em Copacabana, em 1951. Eu fiquei como, digamos assim, o arrimo de família. Comecei a trabalhar muito cedo, praticamente aos 11 anos de idade.

[FF] — *Como foi o início da sua vida profissional? Como o senhor começou a trabalhar?*

[IG] — Eu comecei a trabalhar como ajudante em casa comercial, uma espécie de ajudante de balconista, ou “caixeiro”, como se dizia na Bahia. Meu pai não deixou patrimônio, pensão ou renda. Minha mãe, para criar os seis filhos, teve de executar trabalhos humildes, como “lavar roupa para fora”. Vivíamos na linha de pobreza. Tinha que ajudar.

[NELSON JOBIM > NJ] — *Caixeiro.*

[IG] — Aos 14 anos, passei a trabalhar em cartório, fazendo toda espécie de serviço. Datilografava mandados, editais, atas, cer-

tidões e até as sentenças. Elaborava contas e ajudava no registro de imóveis, de pessoas jurídicas, de documentos etc. Enfim, eu auxiliava na realização de todo o trabalho cartorário, numa comarca pequena, que era a comarca da minha terra, em que, no caso, o oficial acumulava quase todos os cartórios: cível, crime, registro de imóveis, de pessoas jurídicas, contadoria etc. Eu era, digamos assim, o principal ajudante. Isso, a partir dos 14 anos, que foi quando eu comecei esse trabalho. Cursei o ginásio lá mesmo. Havia um colégio batista, religião de minha mãe. Sou, portanto, de uma família batista, de origem batista. Hoje, na verdade, frequento a igreja católica, com minha família, meus filhos. Cursei o ginásio no Colégio Taylor-Egídio, situado em frente à minha casa. Concluí o curso ginásial aos 14 anos e fiquei lá trabalhando, sem muita perspectiva de futuro. Esse trabalho no cartório era muito mal-remunerado. A remuneração era uma coisa ínfima. Mas não havia alternativa. Eu permaneci no cartório por quatro anos, durante os quais me tornei um bom datilógrafo, o que me valeu um emprego numa colônia agrícola estadual que foi instalada lá. Foi por pouco tempo, porque, certo dia, através de um colega, soube que haveria um concurso para escriturário do Banco do Brasil, em Salvador. Eu gostava de matemática e datilografava muito bem, duas das matérias que faziam parte da prova. Eu fui fazer esse concurso e logrei aprovação em primeiro lugar. Essa classificação me valeu o direito de escolher uma agência onde eu pudesse começar o meu trabalho no Banco do Brasil.

O Concurso no Banco do Brasil; a mudança para São Paulo; a mudança para o Rio de Janeiro; o trabalho no banco

[N] — *Que idade tu tinhas?*

[IG] — Eu devia estar com 18 anos. Fui trabalhar na agência em

Jequié, onde servi por dois anos, período em que completei o curso secundário, na Escola de Comércio de Jequié. Em seguida, fui removido, a pedido, para a agência centro da capital paulista, na Avenida São João, onde trabalhei por algum tempo.

[FF] — *Essa foi então a sua escolha, ministro, a agência de São Paulo?*

[IG] — Foi. Foi a agência de São Paulo. Mas não me dei bem com o clima. Naquela época, havia a garoa e aquela umidade não fez bem à minha saúde, já que sofria de bronquite asmática.

[FF] — *Mas por que essa escolha de São Paulo, ministro?*

[IG] — Porque eu queria estudar engenharia e achava que em São Paulo era mais fácil ingressar num cursinho etc., o que segundo estava informado, não havia em Salvador naquela época. Convencido de que o clima, em São Paulo, não era bom para mim, peguei um ônibus, num feriado paulista de 9 de julho, e fui ao Rio de Janeiro, onde, visitando o Banco do Brasil, lá na Primeiro de Março, verifiquei, num quadro de avisos, que havia uma proposta de permuta de um funcionário daquela agência interessado em ir para São Paulo. Estava fazendo a proposta na esperança de que surgisse alguém que estivesse em São Paulo e quisesse ir para o Rio. Na mesma hora, corri lá onde ele estava, assinamos o pedido de permuta e retornei a São Paulo. Decorrida uma semana mais ou menos, veio o resultado: eu me transferi para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, eu me dediquei à perícia de balanços, tarefa em que me especializei. Eu era designado para examinar a situação econômico-financeira de empresas que pretendiam tomar empréstimo no banco. Então, eu ia para a sede dessas empresas examinar o balanço, a escrita, os documentos, fazer um trabalho bem minucioso do qual dependia o deferimento do empréstimo.

A amizade com Reis Velloso; a escolha pelo direito e o início dos estudos na faculdade

[IG] — Em São Paulo, eu havia conhecido Reis Velloso, que veio a ser ministro do Planejamento, o qual, então, era também funcionário do banco e meu colega, na seção em que eu trabalhava. Fomos removidos para o Rio na mesma época. Ele foi trabalhar no gabinete do Ney Galvão, que era o presidente do banco. Ao fazer-lhe uma visita, ele me disse: “Ilmar, diga-me uma coisa, você vai estudar o quê?. Engenharia?” “Pretendo.” “Você gosta do banco?” Eu disse: “Gosto”. “Ora, engenharia não é bom, porque o banco não tem muitos empregos para engenheiro. Por que você não faz economia, como eu, ou então faz direito?” Eu saí dali pensando naquilo, naquela sugestão dele, que achei muito razoável. Estava em época de inscrição para vestibular. Fiz o vestibular para direito, na Nacional, sendo bem-sucedido, e comecei a fazer o curso em 1959. Associei todas aquelas reminiscências do tempo que eu trabalhei em cartório e datilografei sentenças, isso e aquilo, e registro de imóveis. Aqueles conhecimentos foram ótimos. Levei minha família para o Rio, minha mãe com meus irmãos...

[FF] — *Eles também o acompanharam para São Paulo?*

[IG] — Não. São Paulo, não; só foram para o Rio.

[FF] — *Quando o senhor foi para São Paulo, eles ficaram na Bahia?*

[IG] — Ficaram na Bahia. Eu partilhei, em São Paulo, um apartamento com outros colegas, na Brigadeiro Luís Antônio, bem perto do banco. Eu ia a pé para o trabalho. Era muito cômodo para mim. Lá no Rio, eu fui morar na Tijuca.

[FF] — *O senhor lembra o endereço onde o senhor morou?*

[IG] — Rua Félix da Cunha, num apartamento no último prédio

do lado direito da rua, junto ao morro. Eu pegava o bonde, saltava lá na Praça Quinze e ia caminhando até o prédio da agência centro do banco, na Primeiro de Março, esquina da Praça da Candelária.

[FF] — *Quinze ou Onze?*

[IG] — Praça Quinze, lá perto.

[FF] — *Era uma caminhada boa então.*

[IG] — Sim.

[FF] — *Era uma caminhada boa até a Moncorvo Filho. Da Praça Quinze à Moncorvo Filho era uma boa caminhada.*

[IG] — Da Primeiro de Março, após o expediente, eu me deslocava de bonde até a faculdade, na Moncorvo Filho.

[FF] — *Ah, sim!*

[IG] — Havia outro bonde que passava na Primeiro de Março e seguia pela Rua da Quitanda até a Praça da República, onde eu saltava e concluía o trajeto a pé, atravessando a praça.

[FF] — *Isso. E fazia o que hoje é a Presidente Vargas.*

[IG] — Era o tempo do bonde, que era uma maravilha, não era? Eu, quando ia para casa – lembro-me bem de certas coisas –, eu sentava no bonde... O Jobim não pegou bonde, não, não é?

[NJ] — *Peguei bonde em Porto Alegre.*

[IG] — Eu pegava o bonde ali no cais, tomava meu lugar no bonde e comprava a Última Hora para aproveitar o tempo durante o percurso. Do Cais Pharoux até a Tijuca era uma viagem que durava algum tempo. E gostosa, porque era no bonde... E eu então me lembro bem disso. Ia lendo Nelson Rodrigues, Antônio Maria – naquela época, eram colunistas muito divertidos. Continuei na Primeiro de Março.

[FF] — *Na agência da Primeiro de Março?*

[IG] — Na agência da Primeiro de Março.

[FF] — *Onde hoje é o Centro Cultural?*

[IG] — É, onde hoje é o Centro Cultural.

[FF] — *Ministro, desculpa, podemos voltar um pouquinho para o momento que... O senhor falou rapidamente sobre...*

[IG] — Pois não. Pode me interromper, senão eu vou falando...

[FF] — *Não, não tem problema. É porque me interessa, particularmente, o momento... Porque até então o senhor teve uma experiência no cartório, onde datilografou sentenças, mas o senhor chegou a mencionar que teve um momento que o senhor queria fazer engenharia, mas teve alguma influência que fez o senhor olhar para o direito. Como é que foi esse momento? Como é que o senhor, que queria fazer engenharia, foi fazer direito?*

[IG] — Eu fui para o Rio de Janeiro, quis inscrever-me para o vestibular de engenharia, na faculdade que havia na praça situada depois da Rua Uruguaiana, cujo nome não recordo.

[FF] — *Antigamente era na Praça Tiradentes, não?*

[IG] — Um pouco antes da Tiradentes.

[FF] — *Ah! Era no Largo de São Francisco.*

[IG] — Sim. Largo de São Francisco. Eu iria fazer o vestibular. E o Reis Velloso foi que me dissuadiu disso. Ele é que me disse: “Não. Faça direito”. Outro dia, eu me encontrei com ele no Rio e falei isso. Eu disse: “Você foi responsável pela mudança de rumo na minha vida”. Eu saí daquele encontro anterior e, antes de chegar a casa, eu já tinha mudado meus planos. Passei no outro dia de manhã na Faculdade de Direito, me inscrevi para o vestibular e entrei para a Faculdade de Direito. Era uma faculdade que, na época, tinha um corpo docente notável, a partir do professor Hermes Lima, nosso paraninfo, que veio a ser ministro do Supremo.

[FF] — *Era professor.*

[IG] — Professor.

[FF] — *Eu me bacharelei pela FND, também.*

[IG] — Foi?

[FF] — *Somos colegas da FND.*

[IG] — Houve uma época em que, ao mesmo tempo, aqui no Supremo, havia quatro ex-alunos da Faculdade Nacional de Direito: Moreira Alves, Gallotti, Marco Aurélio e eu.

[FF] — *Eu era aluno e me gabava muito de ter ex-alunos ministros do Supremo.*

[IG] — Pois é.

[FF] — *Inclusive, o senhor tem o direito de me dar trote, se o senhor quiser, porque... [risos]*

A ideia de sair do Rio de Janeiro; a ida para Rio Branco/ Ac em 1964; o perfil esquerdista na época de estudante; a participação em piquetes de greves do Banco do Brasil; amigos da faculdade e professores

[IG] — Eu alimentava uma ideia, um desejo de sair do Rio. Eu já estava muito bem instalado, tinha um apartamento em Botafogo, um apartamento térreo, mas um apartamento razoável, na Rua Marquês de Olinda; tinha carro, era solteiro, frequentava boates da Barra da Tijuca – naquela época, não havia risco nenhum –, então, vivia uma vida boa ali no Rio de Janeiro. Mas eu sempre com aquela ideia de sair do Rio. E eu integrava um grupo de colegas, no banco, que achava que aquilo era conversa fiada, que, absolutamente, eu não sairia mais do Rio. Terminei o curso em 1963 e aí aconteceu uma coisa inesperada: eu tinha concluído o curso em dezembro. Quando foi em fevereiro seguinte, apareceu, na seção onde trabalhávamos, um funcioná-

rio que havia sido nomeado gerente da agência em Rio Branco, capital do Acre, indagando se havia algum servidor, familiarizado em perícia, que gostaria de acompanhá-lo até lá, para, durante noventa dias, ajudá-lo a organizar a agência. Aqueles colegas que viviam achando ser brincadeira minha conversa de deixar o Rio apontaram para minha pessoa e disseram: “Olha, aquele que está lá sentado, Ilmar, ele anda dizendo que quer sair do Rio. Fala com ele”. O futuro gerente veio e perguntou: “O senhor é Ilmar Galvão?”. “Sim.” “Olha, eu sou fulano de tal, fui nomeado gerente da agência de Rio Branco, preciso de alguém para organizar o cadastro e outros serviços e me disseram que você é um funcionário capaz de resolver esse problema para mim e que poderia acompanhar-me.” Era uma quinta-feira. Eu disse assim: “A viagem seria quando?”. Ele disse: “Eu estou indo domingo agora”. Pensei um minuto, assim, e disse: “Pode contar comigo”. Os colegas ficaram aguardando o resultado, esperando por uma negativa para vaiarem-me. Aconteceu o contrário. Aceitei o convite e três dias depois estava viajando para Belém, Manaus, onde pernoitei, Porto Velho, Guajará-Mirim e, finalmente, Rio Branco.

[FF] — *O senhor pensou um minuto?*

[IG] — Pensei um minuto. “Pode me incluir nessa... Eu vou.” Eu me lembrei de que na minha terra havia um homem de idade, de uns 80 anos ou mais, que eu chamava de tio Félix – todos os jovens tratavam-no de tio Félix –, e ele tinha sido soldado da revolução acriana, comandada pelo Plácido de Castro, e contava aquelas histórias do Acre, da floresta, da Bolívia. Eu pensei: O que é que me custa ir lá dar uma olhada nisso e confirmar essas informações?. “Pode contar comigo. Eu irei.” A minha mãe que já estava no Rio nessa época, eu disse: “Olhe, minha mãe, eu vou passar uma temporada fora. A senhora não se incomode não, que eu vou voltar”.

[FF] — *E eles ficaram no Rio?*

[IG] — Ficaram no Rio.

[FF] — *Uma pergunta: no Rio, o senhor morava sozinho ou o senhor morava com eles?*

[IG] — Nessa época, já morava com eles. Eu já tinha alugado um apartamento na Félix da Cunha e já não morava sozinho. Aí ela disse: “Está bem, meu filho. Deus te abençoe”, aquela coisa de mãe. E eu então fui para o Acre.

[NJ] — *Em que ano foi isso, Ilmar?*

[IG] — Em 1964, no ano da revolução. Ah! É preciso dizer também uma coisa: eu tinha umas ideias esquerdistas. Como a maioria dos alunos da nossa faculdade, eu me deixei empolgar pelo movimento. Só não entrei para o Partido Comunista. Foi a única coisa que não fiz, o passo que eu não dei. Eu participei de piquetes de greve no banco e fui algumas vezes, com outros alunos da faculdade, lá para a frente do Palácio do Itamaraty, da embaixada de Cuba etc.

[FF] — *Então seus colegas.*

[IG] — Aí já eram os colegas da faculdade. Eu integrava esse grupo. E eu me lembro de que, em certas noites, depois das aulas, nós íamos para a Praia do Flamengo, onde ficávamos, na frente da Casa do Estudante, sentados naqueles bancos de jardim, conversando sobre política. Era uma vida de solteiro. Não tinha maiores compromissos. Fui para o Acre no dia 15 de fevereiro de 1964, um domingo.

[FF] — *Logo antes da transição.*

[IG] — Pouco antes da revolução.

[FF] — *Ministro, antes do Acre, posso pedir algumas precisões sobre seu período de universidade? O senhor, então, chegou a participar do Centro Acadêmico, do Caco?*

[IG] — Como dirigente, não. Não ocupei cargo. O emprego no banco, para mim, era importantíssimo. Eu não podia, absolutamente, correr o risco de uma punição por motivos políticos. Não antevia um novo emprego, do mesmo nível.

[FF] — *Igualmente, o senhor não chegou a atuar no Sindicato dos Bancários?*

[IG] — Não, do sindicato eu ainda participei – não como dirigente, mas como colaborador –, por exemplo, distribuindo propaganda nas agências bancárias. Eu não queria era exercício de cargo. Também, naquela época, surgiu aquele problema da China, da Albânia, então eu perdi um pouco o entusiasmo pelo movimento de esquerda.

[FF] — *Mas aí, desculpe, ainda antes do Acre, o senhor se lembra de colegas de faculdade que lhe marcaram, que viraram colegas para a vida; professores que lhe marcaram, nessa trajetória na FND?*

[IG] — Isso é uma coisa que... É um vazio, é um branco que eu tenho na minha vida. Porque eu vou ao Rio de Janeiro, tenho casa no Rio de Janeiro, tenho um apartamento lá, mas não tenho contato com ninguém daquela época. Antigamente, eu ainda encontrava, pelas calçadas de Ipanema, um ou outro, “Oi, Ilmar, como vai?”. Hoje, não mais. Um que foi colega meu de turma: o Osiris, que foi secretário da Receita Federal.

[NJ] — *Osiris Silva... Osiris...*

[LUDMILLA GALVÃO > LG] — *De Azevedo Lopes.*

[IG] — Azevedo Lopes.

[FF] — *Osiris de Azevedo Lopes.*

[IG] — Foi prematuramente falecido. Aqui, também morreu recentemente um colega de descendência portuguesa, que a gente tratava por “português”, que era membro do Conselho

de Contribuintes... Só consultando o álbum de formatura para ver o nome desse pessoal, porque o tempo vai passando... Então... Ah, sim! Eu tive dois colegas que se tornaram embaixadores. Dos nomes, também não me recordo. Um deles, que foi embaixador no Japão, visitou-me no Supremo Tribunal. Numa de suas viagens, ele soube que eu estava no Supremo Tribunal e me fez uma visita. Outro foi embaixador no Chile. Velloso – esse o seu sobrenome – que eu encontrei uma vez como embaixador no Vaticano. Foi uma surpresa, porque eu fui visitar o Vaticano e lá encontro o Velloso, meu ex-colega de turma. O que foi presidente do Tribunal de Justiça do Rio, o Marcus Fa- ver, esse é meu grande amigo.

[FF] – *E ele foi seu contemporâneo na FND?*

[IG] – Foi colega, da mesma turma, de 63. Outro, Brandão Monteiro, que foi deputado federal, foi da turma seguinte. Também já nos deixou.

[NJ] – *Foi líder do PDT na Assembleia Constituinte. Brandão Monteiro foi presidente do Caco.*

[IG] – Você o conheceu, não é?

[NJ] – *Foi meu amigo.*

[IG] – Morreu logo em seguida, não é?

[NJ] – *Morreu. Teve um infarto.*

[IG] – Teve um infarto.

[NJ] – *Câncer e, depois, teve um infarto.*

[IG] – Quem mais, meu Deus, que posso lembrar agora?

[NJ] – *O arquivo do Brandão está no CPDOC.*

[IG] – Outro colega, Quirino, foi juiz no Acre, onde passou pouco tempo, porquanto foi também vítima de um câncer.

[FF] — *Algum professor, ministro, que o tenha marcado na FND, que tenha marcado o seu curso de direito?*

[IG] — Sim. O professor Hermes Lima me marcou muito, porque era um homem muito prático, inteligente e culto. E eu me lembro de uma afirmação que ele fazia em aula. Ele dizia assim: “O que a parte quer do juiz é uma sentença”, e aí ele completava: “justa, se possível”. Ou seja, ele quer uma resposta que não tarde. Não quer que o processo se eternize. Aliás, [apontando para o ministro Nelson Jobim], o Jobim sempre dizia assim: “A sentença não deve ser um tratado; a sentença é para decidir uma questão. Quanto mais rápido, melhor. Não é no processo que você vai escrever um tratado. Se você quiser escrever um tratado, faz extra-autos”. O Jobim sempre dizia isso, e eu me lembrava do Hermes Lima. O Hermes Lima foi nosso paranin-fo, e eu nunca me esqueci de suas aulas. Acabou exercendo o cargo de primeiro-ministro, no tempo do governo Goulart e, em seguida, integrou o Supremo Tribunal. Teve uma vida muito bonita, porque aos 26 anos ele já havia vencido um concurso de cátedra na Bahia; foi para São Paulo, fez outro concurso de cátedra, na Universidade de São Paulo, foi aprovado; depois, foi para o Rio de Janeiro, concorreu com dois ou três professores e novamente foi aprovado. Era uma inteligência fulgurante, o professor Hermes Lima. Não deixou muitos trabalhos escritos, mas era impressionante como professor. Tive aulas, na faculdade, com o professor San Tiago Dantas. E não precisa dizer nada de San Tiago Dantas. Só se pode lamentar que um homem como ele tivesse tido morte precoce, sem ter tido tempo para legar-nos uma obra que seria monumental, à altura de sua inteligência e de sua cultura. As suas aulas eram gravadas, reproduzidas em mimeógrafo e distribuídas aos alunos, depois de por ele revisadas, sem que, de ordinário, nada tinha a acrescentar, nem uma vírgula. Era impressionante. E outro professor de quem eu recebi aula foi o Pontes de Miranda, que

morava em Ipanema.

[FF] — *Delfim Moreira?*

[IG] — Era muito vaidoso. Eu me lembro de que, em sala, se dizia isso. Acho que foi o Osiris que, certa feita, perguntou: “Professor, o senhor que acaba de escrever um tratado de direito privado com 60 volumes, não acha que o direito privado está superado no mundo?” Porque o socialismo parecia, então, que ia dominar. Aí ele disse: “O senhor se engana, meu filho. Se fosse assim, se o tratado não tivesse valor, a União Soviética não me teria encomendado dez exemplares da obra”.

[FF] — *Do Tratado.*

[IG] — Pontes de Miranda deu-nos aulas sobre processo. Eu me lembro bem, “ação declaratória, força um, declaratória”, ele dizia, “força dois, ação condenatória”.

[NJ] — *Cargas de eficácia.*

[IG] — Foi uma quadra realmente boa da minha vida. Eu saía de casa de manhã, ia para a faculdade, passava a manhã na biblioteca; almoçava lá mesmo, depois pegava o bonde ali, saltava lá na Primeiro de Março, entrava no banco. Às 18 horas, deixava o banco e retornava à faculdade para jantar e assistir às aulas que se estendiam até tarde da noite.

[FF] — *A biblioteca da própria FND?*

[IG] — Sim. A biblioteca da faculdade.

[FF] — *Chamava-se então Carvalho de Mendonça, já?*

[IG] — Eu acho que sim. É isso mesmo.

[FF] — *É o nome dela, Biblioteca Carvalho de Mendonça.*

[IG] — E aí eu ia lá para o banco. O banco era exigente. Se houvesse greve, uma greve de bancários, eu, que trabalhava fora, tinha que ir lá para definir se me achava em greve ou não. Não

podia enganar. Não podia ficar de fora, em greve, e depois dizer que não fiz greve para receber os dias sem trabalho. Porque o banco cortava as diárias de quem faltava ao trabalho. A vida no Rio chegou ao fim naquele domingo, quando embarquei para o Acre. Peguei um avião para Belém; de Belém, outro para Manaus; pernoitei em Manaus; no outro dia um avião para Porto Velho; e de Porto Velho, um avião para Rio Branco.

[FF] — *Se eu bem o acompanhei, são três dias.*

[IG] — Foram dois dias completos de viagem: um até Manaus e outro até o destino.

[FF] — *De trânsito.*

[IG] — Era assim que a gente ia ao Acre naquela época. E para voltar também a mesma coisa. No tempo do ministro Jobim como ministro da Justiça, nós fomos lá, mas fomos de forma direta, em três horas. Fomos a uma região onde havia um conflito de vizinhança, entre o Acre e Rondônia.

[NJ] — *[Inaudível.]*

A ida para o Acre no contexto da Revolução de 1964; o encontro com a futura esposa; a decisão de permanecer no Acre

[IG] — Fui para o Acre quinze dias antes da revolução. Minha sorte. Veja o que é a vida. Porque por efeito da ação de uns de-dos-duros, o Banco do Brasil puniu vários colegas esquerdistas, transferindo-os para as agências situadas nas regiões mais remotas, lá para o fim do mundo, lá para a fronteira da Bolívia. E como eu já estava no Acre, eles me deixaram em paz, de modo que eu passei impune pela revolução, sem levar uma punição do Banco do Brasil.

[FF] — *Se o senhor me permite perguntar, eventualmente, por que...?*

[IG] — Por causa da política sindical, de greve, do cerco das agências para impedir a entrada de clientes. Aquele prédio da Primeiro de Março foi cercado várias vezes por um cordão de grevistas. Não entrava ninguém. Um agarrado na mão do outro, dava-se a volta completa – porque ali é um quarteirão.

[FF] — *Então o senhor temeu, eventualmente, algum...?*

[IG] — Não, eu deixei o Rio quinze dias antes. Eu não acreditava na revolução. Tínhamos um professor, o Chico Mangabeira, que era o presidente da Petrobras e se jactava de que, se houvesse um movimento contrário ao governo, a Petrobras fecharia o fornecimento de combustível no país; havia um general, cujo nome não me recordo, sobre quem se dizia que tinha o controle das forças armadas.

[NJ] — *Assis Brasil. General Assis Brasil.*

[IG] — É. Então eu não acreditava que houvesse a deposição do João Goulart. Estive naquele comício do dia 13, na Central, em que Jango discursou.

[FF] — *O grande comício da Central, do Jango?*

[IG] — É. Estive presente. Isso poucos dias antes de embarcar. Então, quando eu cheguei ao Acre, eu me lembro de que alguém dizia: “Então, vai haver deposição?”. Eu dizia: “Que nada! O Jango não cai assim, não. O Jango está bem protegido. Tem a Petrobras na mão do Chico Mangabeira...”. Essas bobagens da vida... [risos]

[FF] — *Em 1964.*

[IG] — Fui para o Acre, naquele 15 de fevereiro, para passar três meses e lá fiquei até 1979. No mesmo dia que cheguei a Rio Branco, encontrei a garota que hoje é minha mulher.

[FF] — *No dia?*

[IG] — No dia.

[FF] — *Depois de pensar um minuto? O senhor chega ao Acre, e nesse dia, encontra a mulher da sua vida?*

[IG] — Antes de um ano eu já estava casado. Rio Branco, então, era uma cidade ainda em situação precária. Só havia duas ou três ruas calçadas de tijolo, porque não havia pedra na região. Quando chovia, ficava difícil andar pela cidade. Por isso, os carros de praça eram jipes.

[FF] — *Era tudo terra?*

[IG] — Era em 1964. Recordo-me de que os colegas do banco que nos foram esperar, no aeroporto, foram de jipe. No carro, eles nos fizeram saber que, naquela noite, haveria uma festa de casamento de um colega do banco, para a qual, obviamente, tinham sido convidados, convite que nos estenderam: e que foi por nós aceito de pronto. Fomos então para a festa. A minha mulher, Terezinha, prima do noivo, estava recebendo os convidados à porta.

[FF] — *Era prima do noivo?*

[IG] — Prima do noivo, recebendo os convidados. Aí, quando eu lhe fui apresentado como um novo funcionário do banco, apertei-lhe a mão, momento em que gostei dela.

[FF] — *Amor à primeira vista.*

[IG] — À primeira vista, na expressão máxima do termo. Porque, no dia seguinte, eu já fui procurá-la. Com menos de um ano eu já estava casado. Os três meses de meu compromisso passaram. Mas houve a revolução, e um capitão que comandava a Força Federal em Rio Branco, que me conhecia do banco, elegeu-se governador, por via indireta e assumiu o governo.

[FF] — *Banco do Brasil do Acre?*

[IG] — Esse capitão obrigou os deputados a declararem vago o cargo de governador, cujo ocupante havia sido eleito legiti-

mamente, a emendarem a Constituição para instituir a eleição indireta do substituto; e a elegerem-no como candidato único ao cargo. Eu assisti, estarecido, àquela sessão. Lembro-me bem de que, promulgada a emenda constitucional, o deputado-presidente disse: “Muito bem. Vamos esperar a publicação da emenda constitucional, para resolvermos o problema do governador”. Aí ele interveio: “Negativo. Negativo. Essa emenda é para ser aprovada agora. Publica-se depois, mas está aprovada pela Assembleia e entra em vigor neste momento”.

[FF] – *E no plenário?*

[IG] – No plenário da Assembleia. Aí, terminada a votação da emenda, ele disse: “Agora vamos fazer a eleição”. Eu me lembro de que um deputado se levantou e disse: “Nós não temos ainda nome de candidato. Vamos ainda escolher um para candidato do meu partido, o PTB”. Ele disse: “Não. O candidato está aqui”; então, distribuiu uma cédula com o nome dele.

[NJ] – *“O candidato sou eu.”*

[IG] – Saiu governador.

[FF] – *Saiu dessa sessão governador do Acre?*

[IG] – Saiu governador do Acre. Foi ali, obrigou a Assembleia a destituir o governador escolhido pelos acrianos, a emendar a Constituição e a elegerem-no governador. Tomou posse logo em seguida, e depois ele organizou o governo e me chamou para integrar a sua equipe. Foi o que me manteve no Acre, como era de meu desejo. Eu fui requisitado ao Banco do Brasil. O Banco do Brasil colocou-me à disposição do governo do Acre. Primeiramente, ocupei uma das diretorias da Secretaria de Fazenda. Depois uma diretoria do Banco do Estado e, por fim, a presidência do banco.

[FF] – *Já não precisava voltar para o Rio.*

[IG] — Sim, já não precisava voltar. Eu estava numa situação difícil. Eu tinha que dar um jeito de ficar por lá, porque estava noivo e precisava casar. Não poderia perder a oportunidade.

[NJ] — *Espaço vazio...*

[IG] — Que coisa, rapaz!

[FF] — *Espaço vazio, ministro?*

[NJ] — *Ele saía, deixava o espaço vazio, alguém ia ocupar o espaço.*

[FF] — *Certo.*

A indicação para a Justiça Federal; o processo de construção da Faculdade de Direito do Acre; a criação da Universidade Estadual do Acre

[IG] — Bom, fiquei lá à disposição do governo. Aí, criado o Banco de Fomento do Estado do Acre, o governador confiou-me a direção desse banco. Eu exerci, primeiramente, a Diretoria de Crédito Geral e, a seguir, assumi a presidência do banco, cuja área de atuação foi estendida a Porto Velho e Manaus, onde foram inauguradas agências. Estava meio desanimado, enfrentando a dificuldade de administrar um banco com pouco dinheiro, quando o presidente Castelo Branco criou a Justiça Federal. O senador José Guiomard dos Santos, um general mineiro, senador pelo Acre, que tinha sido governador, um dia me chamou para dizer: “Ilmar, deixa eu lhe transmitir uma novidade. O presidente Castelo Branco perguntou-me se eu tinha um nome para ser juiz federal do Acre”. Você sabe que os juizes federais, naquela época, foram indicados, pelo mesmo processo de indicação dos ministros do Supremo: o presidente escolhia, enviava o nome ao Senado, o Senado aprovava o nome e ele nomeava. Ele, então, continuou: “Eu disse ao presidente que tinha um nome, o seu nome”. “Ah, senador, não, espera, vamos pensar melhor sobre esse assunto. Eu nunca sonhei sequer em ser juiz”, disse-lhe eu.

[FF] — *Que senador era esse, ministro? Desculpa. Que senador era esse?*

[IG] — José Guiomard dos Santos, general e senador e ex-governador do Acre, no tempo do território. Aí a família da Teca, minha mulher, entendeu que deveria aceitar.

[NJ] — *“Não deixa escapar esse cara aí”.*

[IG] — O juiz federal ganhava muito pouco. Não dava para pagar um aluguel no Acre. Que coisa! Lá vou eu. Eu já estava com a advocacia engrenada em Rio Branco. Uma advocacia boa. Havia poucos advogados. E eu então... Lá vou eu ser juiz federal. Vim para Brasília tomar posse.

[FF] — *Ministro, podemos...? Até a magistratura federal existem dois detalhes que talvez mereçam um pouquinho de desenvolvimento. Confere a nossa informação de que o senhor se tornou diretor do Conselho Regional da OAB do Acre logo que lá chegou, ainda em 1964?*

[IG] — Ah, sim! Eu participei de vários órgãos coletivos no Acre. Integrei o Conselho da OAB; o Conselho de Educação; o Conselho Penitenciário, o Tribunal de Justiça Esportiva etc.

[FF] — *O Regional de Desportos do Acre, também.*

[IG] — Sim, do governo do estado.

[FF] — *E, portanto, os cargos que o senhor ocupou: diretor de Organização e Controle; diretor da Carteira de Crédito... O senhor nunca se aproximou do jurídico.*

[IG] — E depois, presidente do banco.

[FF] — *Presidente do Banco, em 1966.*

[IG] — Presidente do Banco do Estado.

[FF] — *Mas nunca o senhor teve um cargo jurídico no banco? Ou não?*

[IG] — No Banco do Brasil?

[FF] — *No Banco do Brasil.*

[IG] — Não, não cheguei a ver realizado o meu sonho de ser advogado do Banco do Brasil. Cheguei a ser nomeado para esse cargo, na agência de Porto Velho. Cheguei a visitar aquela agência e a escolher uma moradia, com a concordância de minha mulher. Usei esse argumento para dissuadir o senador José Guiomard do propósito de ver-me juiz federal. Ele, então, apelou para que não agisse assim: “Não, não. Você não me faça passar uma decepção dessa, de ter de desfazer a indicação feita ao governo. “Então está bem”, disse-lhe eu. Fui ser juiz federal do Acre. O Acre era um problema sério na época. Era um estado com sete comarcas e um juiz só. Um juiz e um promotor advindos do Território; um tribunal de sete membros com apenas três em exercício. Não se conseguia preencher esses cargos. Ninguém queria ir para lá. Aí surgiu a ideia da Faculdade de Direito. “Vamos fundar uma Faculdade de Direito?” “Vamos. O que é que custa? Vamos falar com o governador.” Falamos com o governador que já era o Kalume, Jorge Kalume, que foi depois senador. Fomos lá com o Jorge Kalume. “Para que faculdade?” Explicamos: “Governador, é uma coisa importante. Olhe o estado, não tem um delegado formado. Temos que preencher esses cargos.” “Está bom. Então vocês podem levar adiante a ideia.”

[FF] — *O senhor então participou do movimento de fundação...?*

[IG] — De fundação de uma Faculdade de Direito.

[FF] — *Pública?*

[IG] — Do estado.

[FF] — *Estadual.*

[IG] — Estadual. Fundamos essa Faculdade de Direito. Havia seis advogados no Acre, que passaram a constituir o corpo docente. E eu fui encarregado de ir ao Rio cuidar da formalização

da iniciativa perante o Conselho Federal de Educação. Não se podia criar curso superior sem o aval do Conselho de Educação. Fui ao Rio. O Conselho funcionava naquele prédio onde estava o Ministério da Educação, aquele prédio do Niemeyer. Funcionava ali.

[FF] – *Palácio Gustavo Capanema.*

[IG] – Isso. Cuidei de ingressar com o pedido de autorização. O processo caiu na mão de um conselheiro do Paraná cujo nome eu não recordo mais. Era um sujeito durão, que foi logo dizendo: “Não. Essas faculdades vagabundas, nós não aprovamos”. Usou esse termo. “Faculdade vagabunda não passa por aqui pelo Conselho, não!” Ele foi para o Paraná. Eu fui visitar o Aldir Passarinho, que era juiz federal como eu, aí o Aldir disse: “Olha, a minha mulher, Yésis, ela é do Conselho. Ela é assessora do presidente. Vá lá”. Eu fui lá, falei com ela, ela disse: “Me passe o número do processo”.

[FF] – *O senhor já conhecia o...?*

[IG] – O Passarinho? Não. Eu fui dar uma olhada na Justiça Federal, como era a Justiça Federal no Rio de Janeiro. Eu estava lá no fim do mundo. Aí a Dr^a Yésis pediu: “Me dê o número do processo que eu vou dar um jeito nisso”. E não sei o que ela fez, o certo é que passou o processo para a mão de um baiano, o Madureira de Pinho. O Madureira de Pinho deu o parecer favorável. Pronto. Eu voltei para o Acre. Ah! Foi uma glória, uma faculdade devidamente autorizada. A faculdade começou a funcionar; muito bem, nós fizemos o vestibular, a primeira turma. Aí, quando o Jarbas se tornou ministro da Educação – o Jarbas é acriano –, ele, atendendo ao nosso apelo, autorizou que se instituísse uma universidade estadual. Eu me lembro de que o Kalume me disse: “Ilmar, você cuida disso. Faz a lei [gesticula como se escrevesse em uma folha] criando a universidade”.

[FF] – *Federal, não?*

[IG] – Não. Ainda estadual.

[FF] – *Ainda estadual. Perdão.*

[IG] – Aí eu redigi a lei criando a faculdade. Tinha que ter, se não me engano, sete unidades. Só havia direito, economia e letras. Além dessas, incluímos uma Faculdade de Agronomia, e outras três. Redigimos o projeto, a Assembleia aprovou, o Kalume promulgou e a lei veio à luz. Aí, então, pedimos ao Jarbas que ele federalizasse e ele federalizou a faculdade [risos]. Hoje, é uma grande universidade, a Universidade Federal do Acre – Ufac.

[FF] – *É a atual Universidade Federal do Acre?*

[IG] – Do Acre. Oferece até medicina. Você vai ao Acre e, às vezes, na época de vestibular, o avião vai cheio de jovens do país inteiro. “O que vocês vão fazer no Acre?” “Fazer vestibular.” E ficam lá. Eu fui diretor, depois, da Faculdade de Direito; exerci a reitoria algumas vezes; empolguei-me com aquilo. E passados uns tempos, minha filha, a primeira filha, que já estava com 12 anos, queria fazer engenharia civil, que não havia na universidade. “Agora ficou ruim. Agora tenho que deixar o Acre.”

A indicação para juiz federal no Distrito Federal e a mudança para Brasília

[IG] – Vim aqui à posse de um ministro, do Otto Rocha... O Otto Rocha deixou uma vaga aqui na 2ª Vara. Eu concorri. Eu estive com o Peçanha Martins, o velho, que era o ministro presidente do Tribunal Federal de Recursos, e ele foi logo dizendo: “Nem pense que você vai conseguir essa remoção porque não vai, porque há sete concorrentes, cada um mais forte”. A minha mulher, que estava comigo, lhe disse: “Ministro, o senhor pode escrever aí, vai ser ele.” Aí eu disse: “Mas que história é essa?!” [risos] “Vai ser ele. Ele é que virá para a 2ª Vara.” Ela saiu dali

e foi falar com o Geraldo Mesquita, que foi senador e era governador do Acre e gostava muito dela, Tequinha para lá, Tequinha para cá. “E o que você quer, Tequinha?” “É o seguinte, Ilmar está concorrendo aqui à 2ª Vara e o Peçanha Martins disse que ele não tem a menor chance, e eu venho contar com você, Mesquita” – ela o tratava por você. “Ah, é isso? Dê-me uma cópia do requerimento dele. Pode deixar. Amanhã irei cuidar do assunto.” No outro dia ou, sei lá, dois dias depois, foi lá ao Geisel, contou a história e o Geisel disse: “Ah, está certo, ele é que tem que vir. Ele já está há tantos anos no Acre, ele é que tem que vir para cá. Está na hora”. E aí ficou com o pedido na mão – a coisa interessante é isso –, pôs na gaveta o requerimento, e de vez em quando, o Armando Falcão, ministro da Justiça, ia levando um decreto de outro juiz. O Geisel olhava e dizia: “Não é esse, não”. Abria a gaveta... Quem me disse, depois, foi o professor Carvalho. Ele abria a gaveta, conferia os nomes e dizia que o juiz do Acre é que deveria ser removido.

[NJ] – *O professor Carvalho é um personagem. Ele foi o corretor de todas as leis aqui do Brasil durante anos. Inclusive, depois da revolução continuava.*

[FF] – *Qual é o nome dele?*

[NJ] – *Era professor Carvalho.*

[IG] – Professor Carvalho. O nome dele todo, eu não me recordo.

[NJ] – *Todo mundo conhecia por professor Carvalho.*

[FF] – *E ele era um funcionário da presidência?*

[NJ] – *Era funcionário da Casa Civil.*

[IG] – Era da Casa Civil. Aí ele puxava a gaveta: “Não é esse, não”. O tempo foi passando. Na véspera de o Geisel deixar o governo, em 14 de março, ele limpando as gavetas, encontrou lá a cópia do meu requerimento. Isso aconteceu porque o tempo foi passando, o Armando Falcão ia lá e ele mandava voltar.

Na véspera, ele deve ter dito: “Puxa! Eu não assinei”. Chamou o professor Carvalho e disse: “Vá ao Ministério da Justiça, traga o decreto de remoção desse juiz”. Aí o professor Carvalho foi lá – ele contou para mim –, foi lá, trouxe o decreto e o Geisel assinou! Eu fui removido, com essa dificuldade toda, mas com esse apoio do Geisel, que não me conhecia, com quem nunca falei. Dessa forma eu vim aqui para a 2ª Vara do DF. A chegada ao Supremo, a história não é menos comprida. Tenho de relatar?

[FF] – *Eu creio ser pertinente. Mas como o senhor desejar.*

[IG] – Então, eu vim para a 2ª Vara.

[FF] – *Mudança do Acre para Brasília.*

[IG] – Para Brasília.

[FF] – *Pensou quantos minutos para vir para Brasília? Foi mais de um?*

[IG] – [risos] Decidi num minuto, mas o desfecho do processo levou meses, à espera dessa transferência. A decisão foi favorável e vim para a 2ª Vara, em substituição ao Otto Rocha, promovido ao TFR.

[NJ] – *Herdou uma [inaudível].*

O início dos trabalhos na Justiça Federal no Distrito Federal; a lista de indicações para o Tribunal Federal de Recursos

[IG] – Naquela época, havia centenas de mandados de segurança prontos para sentença. Eu arregacei as mangas: era sábado, domingo, feriado, Semana Santa, carnaval... Até que zerei. Repercutiu no Tribunal de Recursos a chegada de minhas sentenças nesses processos. Eu me lembro de que o ministro Madeira dizia: “E aí, rapaz, e aquelas sentenças?”. Eu respondia: “Estão indo aí. O senhor não tem recebido, não?”. “É, tenho, estou brincando.” Quando houve a votação para uma lista

para uma vaga no Tribunal, eu já recebi alguns votos. Numa outra, saí na cabeça da lista – com apenas cinco anos em Brasília, cabeça da lista para o Tribunal Federal de Recursos. Não sei se isso aí vale a pena registrar. Estava presente, naquele dia, no plenário do Tribunal Federal de Recursos, o professor Frederico Marques. Veja a história! O Frederico Marques vira para um advogado do lado, que já morreu, o Alcino Guedes, e diz assim: “Doutor Alcino, quem é esse rapaz que saiu na lista em primeiro lugar?”. Ele responde: “É um juiz daqui, da 2ª Vara”. “O senhor podia me levar lá para eu dar essa notícia para ele?” Aí o Alcino disse: “Claro! Agora mesmo. Vamos lá?”. “Vamos.” Eu estava numa audiência, quando entra o professor Frederico Marques, que era um homem alto, da altura do Jobim [aponta para o ministro Nelson Jobim]. Era bem alto. E o Frederico chegou lá quando eu estava presidindo a uma audiência. Eu não o conhecia, mas foi fácil reconhecê-lo pelo porte e porque ele estava na companhia do Alcino. Quando o vi, suspendi a audiência, levantei-me e fui cumprimentá-lo, dizendo: “Professor, quanta honra receber a visita do mestre”. Ele disse: “Olha, não vamos interromper seu trabalho, não. Mas o senhor já sabe o que aconteceu lá no Tribunal?”. Eu disse: “Não”. “O senhor foi indicado para integrar a lista para promoção em primeiro lugar, lista tríplice para ministro do TFR.” “Ah, não diga, professor!” E aí ele me deu um abraço e foi embora. Passados uns dias, vem o Alcino e me diz: “Olha, o professor Frederico Marques mandou saber se você quer que ele trabalhe para você, para a sua nomeação”. “Ora, Alcino, você ainda vem para cá me perguntar isso, rapaz?! Podia responder na hora.” “Está bom, eu respondo.” O tempo foi passando, foi passando, sem o desfecho do processo de promoção.

[FF] – *Qual foi a resposta, ministro? O senhor quer que ele trabalhe para a sua candidatura?*

[IG] – Eu disse a ele que queria, queria que ele trabalhasse por

mim, claro! Eu não tinha ninguém. Eu tinha chegado do Acre, praticamente não conhecia ninguém que pudesse ajudar-me, e vinha o Frederico Marques oferecer sua ajuda? Caiu do céu! Bom, o tempo foi passando, foi passando, e nada. Um dia, eu saí do gabinete da 2ª Vara e disse: “Eu vou ao Supremo falar com o ministro Madeira”. Porque a vaga era do Madeira – o Madeira foi que deixou a vaga –, amigo do Sarney. Cheguei lá ao Supremo, sentei, e esperei o fim da sessão. Quando terminou a sessão, o Madeira levantou-se e dele se aproximou uma figura que o cumprimentou e ficaram conversando. Eu pensei: Meu Deus do céu! Agora só faltava essa, eu não poder falar com o Madeira! O tempo foi passando, foi passando e nada. Então me levantei e resolvi: “Vou lá”. Fui chegando perto, quando o ministro me cumprimentou e perguntou: “Ilmar, o que o traz aqui?” Quando ele falou meu nome, a pessoa que conversava com ele perguntou: “É Ilmar Galvão?”. Então, o ministro Madeira disse: “Sim, é Ilmar Galvão”. “Não me diga!” “Por quê?”, perguntou o ministro Madeira. “Porque eu estou em Brasília justamente por causa dele. Eu vim a Brasília a pedido do professor Frederico Marques, que me encarregou de vir falar com o Zé, o Zé Sarney” – o Saulo era muito amigo do presidente José Sarney –, “transmitindo-lhe o desejo do professor de vê-lo nomeado para o TRF. É para isso que eu estou aqui. Muito prazer, Ilmar! Você está me dando esse trabalho, mas é um trabalho que eu faço com satisfação, para servir ao mestre Frederico.” Parece que eles eram sócios, lá em São Paulo, num escritório. “Dê-me seu telefone, que ainda lhe ligarei hoje, porque, agora mesmo, vou atravessar a praça para falar com o presidente.” Já estava anoitecendo. Mais tarde, eu já estava em casa, ele ligou e disse assim: “É Ilmar que está falando?” “É Ilmar Galvão.” “É Saulo Ramos, Ilmar. Olha, falei com o Zé. O Zé disse que você estava concorrendo com dois fortes juízes, um juiz de São Paulo e um de Minas. Aí eu disse para ele: mas o Madeira desempata, não é Zé? “Por quê?”, indagou ele. “Porque o Ilmar é candidato do

Madeira”. Aí o Zé disse: “Então, não tem problema.” Então ele me deu os parabéns e me disse: “Olha, o decreto sai terça-feira”, o que aconteceu realmente [risos]. Foi assim que eu fui para o Tribunal Federal de Recursos, pela mão do mestre Frederico Marques.

[FF] — *Rapidamente, como foi essa sua experiência no TFR?*

[IG] — Foram quatro anos de trabalho intenso, que me valeram muito, principalmente por me terem proporcionado conviver com grandes nomes da magistratura brasileira, como os ministros Rollemberg, José Dantas e Miguel Ferrante, entre outros. Como se sabe, com a Constituição de 1988, os ministros do TRF passaram a integrar um novo Tribunal, o Superior Tribunal de Justiça, no qual ainda tive assento por mais de um ano, antes de ter sido alçado ao Supremo Tribunal Federal.

A indicação para o Supremo Tribunal Federal

[IG] — Quando Collor assumiu a presidência da República, notou que, nos últimos anos, cinco ministros do Norte e do Nordeste deixaram o STF: Xavier de Albuquerque, do Amazonas; Carlos Madeira, do Maranhão; Aldir Passarinho, do Piauí; Rafael Mayer e Falcão, de Pernambuco.

[FF] — *Aldir?*

[IG] — Sim. Aldir Passarinho.

[FF] — *Rafael Mayer?*

[IG] — Rafael Mayer e o Falcão, de Pernambuco. Saíram cinco. E foram substituídos por juristas de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

[NJ] — *Sul e Sudeste.*

[IG] — Ficaram o Norte e o Nordeste sem ninguém na corte. O

ministro Marco Aurélio foi quem me passou essa informação. Ele disse: “O Collor está muito preocupado com isso, muito preocupado”. Certo dia, em plena festa de carnaval, Marco Aurélio me chama à parte e pergunta: “Ilmar, o que você acha dessa vaga no Supremo?” Eu respondi: “Eu acho que há um bom candidato que é o Inocêncio, que é um jurista de muito valor, o Inocêncio Mártires Coelho”.

[NJ] – *Inocêncio Mártires Coelho.*

[IG] – Ele retrucou: “Não, Ilmar, estou falando de você”. “O que, Marco Aurélio?! Que história é essa?! Não, Marco Aurélio, paremos com esse assunto por aqui.”

[FF] – *O senhor o conhecia de serem vizinhos.*

[IG] – *Quê?*

[FF] – *O senhor o conhecia de serem vizinhos ou de algum outro ambiente?*

[IG] – O Marco Aurélio? Meu vizinho. Meu vizinho de apartamento. Permaneciam, os nossos apartamentos, de portas abertas, e essa meninada [aponta para a filha, Ludmila Galvão, presente na entrevista], corria de lá do fundo do apartamento dele – e os filhos dele, também – até o fundo do meu apartamento. Era para lá e para cá o dia todo, aquele grupo de meninos. Fui visitá-lo depois de quinze dias. Ele já morava no prédio dos ministros do STF. Fui dizendo: “Marco Aurélio, é sobre aquela conversa. Não nego que me interessou”. Ele, então, confirmou: “É para valer. O que você acha?”. Eu indaguei, então: “Marco Aurélio, aquele palpite tem alguma possibilidade de concretizar-se?”. “Estou lhe dizendo, o Collor está preocupado. E já lhe disseram que você atende às exigências dele – é ministro do STJ, é baiano e ligado ao Acre, vinculado ao Acre”, disse o Marco Aurélio. Perguntei-lhe, então: “E o que é que eu tenho que fazer, Marco Aurélio?”. “Você tem

que fazer uma cobertura política. O governo tem que valorizar politicamente a sua indicação.”

[NJ] — *Para evitar o veto, o veto político.*

[IG] — *Aí eu pensei comigo: “Meu Deus, o que é que eu faço?”. Eu tinha um amigo, procurador da República, que me substituiu nas minhas faltas às aulas da UNB, que era o Ítalo Fioravanti.*

[FF] — *Um pequeníssimo parêntese: o senhor foi transferido da então Federal do Acre para a UnB.*

[IG] — *Para a UNB.*

[FF] — *Quando veio para Brasília?*

[IG] — *É. Passei a dar aula na UNB.*

[FF] — *Essa transferência foi um processo, imagino, muito tranquilo.*

[IG] — *Ali foi fácil, porque com a minha remoção para Brasília, como eu era integrante de um quadro em extinção do Ministério da Educação, quadro criado após a federalização da Universidade do Acre, o ministro Marco Maciel designou-me para servir na UNB. Passei a ensinar na Faculdade de Direito da UNB, onde permaneci por 18 anos, até aposentar-me. Então, indaguei do Ítalo, que me substituiu nas minhas faltas: “Ítalo, você conhece o governador de Mato Grosso?”. “Conheço.” “Preciso do apoio político dele, porque surgiu uma possibilidade de eu vir a ser indicado para integrar o STF. Você poderia fazer-me esse favor?” Ele disse: “Pois não. Pode deixar, Ilmar”. Ele foi, falou e o governador me apoiou junto ao Collor. Eu pedi ao governador do Acre, que veio aqui, também, e falou com o Collor. O Gilberto Mestrinho era governador do Amazonas, aí é aquela história, “é um candidato da Amazônia e tal”, e o Mestrinho também veio e falou com o Collor. Só não pedi do Pará, por causa do Inocêncio. O Inocêncio é paraense. Eu não ia me*

atravessar na frente do Inocêncio. Havia uns amigos do Rio Grande do Norte que, também, obtiveram o apoio do governador. A bancada federal do Paraná, segundo se soube, por duas vezes, pleiteou a nomeação de um paranaense para o STF. O Collor afirmou-lhes que para a vaga que existia, então, ele já tinha candidato, podendo atendê-los numa próxima. Com essas notícias, eu me animava e ia acreditando que minha indicação poderia acontecer. No dia 1º de maio de 1991, em pleno feriado, eu estava em casa, quando recebi um telefonema do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pedindo que o encontrasse no Ministério. Atendendo ao convite, para lá me dirigi. Lá chegando, o Passarinho me disse: “Ilmar, eu não sei do que se trata, mas o presidente pediu a sua presença lá no palácio. Eu apenas desconfio”. Eu disse: “Eu também desconfio”. [risos] “Você sabe que eu tinha um candidato, que era o Inocêncio”, ele foi dizendo. Eu disse: “É meu candidato também”. “Vamos lá.” Entramos no carro e fomos para o palácio do Planalto. Admitido no gabinete presidencial, o Collor começou a conversar e, no final, iniciou o seguinte diálogo: “Ministro, o senhor sabe por que eu mandei chamá-lo?”. “Presidente, eu faço ideia, porque já ouvi o zum-zum por aí.” “É para saber se o senhor aceita a indicação para o Supremo Tribunal.” “Ah, presidente, isso é uma pergunta que nunca esperava ouvir. Eu sou um juiz de carreira, fui juiz de primeiro grau e hoje integro o STJ, não podia nunca recusar um convite desses”, aquela história de sempre, “mas se Vossa Excelência está achando que eu poderia ocupar essa vaga, não posso recusar.” Tocou uma campainha, chamou o ministro Jarbas Passarinho e lhe disse: “Olha, ministro, o ministro Ilmar Galvão acaba de me dizer que aceita ser indicado para o Supremo Tribunal. Queira comunicar esse fato ao líder do governo no Senado, ao presidente do Supremo e ao presidente do STJ”. Eu me lembro bem de que o ministro Passarinho ainda falou: “Presidente, hoje é feriado, esse pessoal não está trabalhando. Está tudo fechado”. Ele disse: “Mas

devem estar em casa”. Eu agradei e despedi-me. Saiu a indicação, houve a nomeação depois de uma sabatina no Senado que, a rigor, não houve, porque alguns senadores que me conheciam começaram a falar, fazendo referências à minha pessoa como magistrado, o que se prolongou bastante, não sobrando tempo para perguntas... Tomei posse no Supremo Tribunal em 26 de junho de 1991. Nunca sequer sonhei que um dia aquilo iria acontecer. Roberto Rosas havia me advertido de que silenciaria-se sobre a minha candidatura.

[NJ] — *Roberto Rosas é um advogado aqui de Brasília.*

[IG] — É um renomado causídico. Ele disse assim: “Olha, vamos fazer uma coisa. Há uns jornalistas lá no Rio que de vez em quando ligam, perguntando ‘quem é esse Ilmar Galvão que está cogitado para o Supremo?’. Eu tenho respondido a mais de um dizendo ser rebatido falso e que o novo ministro será um desembargador de Alagoas”. Segui o conselho à risca. A indicação foi uma novidade para toda a imprensa.

[NJ] — *A mensagem.*

[IG] — Sim, a mensagem.

[NJ] — *A mensagem para o Senado.*

[IG] — Fui para o Supremo, onde permaneci por 12 anos, convivi com os maiores luminares do direito brasileiro, inteligências fulgurantes: Nelson Jobim, Moreira Alves, um dos nossos maiores juristas vivos; Sepúlveda Pertence, que é uma inteligência também fora de série; o José Celso, um homem com uma formação extraordinária, também; Brossard, Rezek, Otávio Galloti, Sydnei Sanches, o Marco Aurélio, jovem combativo, também superdotado de inteligência.

[NJ] — *Ferrinho de dentista. [risos]*

[IG] — E eu, naquele meio ali, usufruindo essa companhia de

peças desse nível. Eu nunca imaginei na vida que um dia ia ter o direito de sentar numa reunião em que estivessem essas figuras. Não estou querendo ser modesto demais, não. Não é excesso de modéstia, não. Foi uma sensação real.

O primeiro dia no STF; o caso Collor; a pressão da imprensa

[FF] — *O senhor se lembra do primeiro dia como ministro do Supremo, seu primeiro dia de trabalho no Supremo Tribunal? Como o senhor foi recebido...*

[IG] — Não foi um dia muito confortável. Estava em discussão uma lei... Uma lei ou um decreto? Uma lei. Havia uma lei do Collor criando uma taxa, não sei se era sobre gasolina... Uma coisa assim. E eu fiquei numa situação difícil, porque eu tinha sido nomeado, tomado posse poucos dias antes, e ele tinha um interesse grande nisso. Mas é aquilo que eu sempre digo: o juiz não pode julgar contrariando as suas convicções. Como eu tinha uma convicção de que aquela taxa não tinha como transitar, perante a Constituição, eu então votei contra. Passado algum tempo, fui sorteado como relator do processo do Collor, o processo crime. Foi realmente um período difícil, porque...

[FF] — *O senhor estava prevento, então, quando ele impetrou o mandado de segurança, por ter sido nomeado por ele?*

[IG] — Não. Eu não estava prevento, no mandado de segurança. O mandado de segurança foi antes, não é? Era o problema dos direitos políticos. E fomos vencidos.

[FF] — *O senhor relatou ambos?*

[IG] — Nós fomos vencidos. Dois ministros deram-se por impedidos ou por suspeitos, o Marco Aurélio e o Rezek, este por ter sido ministro do Exterior do Collor.

[NJ] — *E o Marco Aurélio é primo do Collor.*

[IG] — Então, ficamos nove. Eu não sei se o Sydney Sanches votou. Porque o Sydney tinha sido presidente.

[NJ] — *Do [processo de] impeachment.*

[IG] — ... do Tribunal Especial, formado pelos senadores, que julgou o impeachment. E aí eram oito. Eu votei junto com o Moreira Alves; se não me engano, e com o Celso. O Supremo convocou três ministros do Tribunal Federal de Recursos que negaram a ordem.

[NJ] — *Do STJ.*

[IG] — Sim, do STJ.

[FF] — *Já STJ.*

[IG] — Esses três ministros votaram contra o Collor. Eu votei a favor; o Moreira Alves... Ah, sim, tínhamos o Brossard, também, que havia escrito o único livro existente no Brasil sobre *impeachment*.

[NJ] — *Que era o livro...*

[IG] — ... da autoria do ministro Brossard, o qual, não obstante ensinasse que “em havendo renúncia antes do julgamento, o processo se extingue automaticamente, porque a pena é a perda do cargo”. Não há mais cargo para perder após a renúncia. A outra pena, que é dos direitos políticos, essa é acessória. “O acessório segue o principal. Não havendo mais o principal não tem que falar em acessório.” Fomos vencidos. Aí veio o processo crime. Foi uma luta grande. Por que uma luta? Uma luta da imprensa em cima do relator, que era eu. A revista *Veja* e outros jornais, como a *Folha de S. Paulo*, alimentavam uma campanha contra mim: fiz carreira no Acre, como é que podia estar no Supremo àquela altura; “como é que pode relatar um processo tão importante?”. Eu tive que solicitar uma reunião administrativa do Supremo Tribunal Federal, para saber se eu podia conti-

nuar como relator, se os colegas achavam que eu era capaz de exercer a relatoria, se não era suspeito, por ter sido nomeado pelo réu. O Supremo reunido, por unanimidade, disse: “Não. O senhor vai continuar como relator”. Eu pedi, então, que se publicasse uma nota sobre a decisão, a qual foi redigida pelo ministro Paulo Brossard. Diminuiu um pouco, a partir daí, aquela pressão. Mas, mesmo assim, quase toda quinta-feira aparecia um repórter da *Veja*, que me dizia assim: “Ministro, eu podia lhe falar?”. “Pois não.” “Olha, na edição dessa semana vai sair uma nota contra o senhor.” Eu dizia: “E o que eu posso fazer para evitar? Tem algum meio?”. “Não, não tem meio.” “Se é assim, paciência”. Eles queriam que eu decretasse a prisão do Collor. Eu vim a conhecer o Collor no dia que me comunicou o seu propósito de indicar o meu nome para o STF.

[FF] — *O senhor foi ameaçado de morte?*

[IG] — Sim, se viesse a absolver o Collor. Mas por e-mail... Não era e-mail, naquela época. Não havia esse meio de comunicação.

[FF] — *Carta anônima?*

[IG] — Não, era o telex. Não havia e-mail; era telex. Vinha um telex ameaçando, ameaçando pessoas da família, meus familiares: “O senhor preza seus familiares?”.

[FF] — *E tudo anônimo?*

[IG] — Tudo anônimo. Não sei se... Usava-se um nome qualquer. Essas coisas eu guardo para, quem sabe, um dia... E foi assim, foi uma coisa séria. Eu pensei comigo: Eu posso até pagar com a vida, mas julgo esse caso da maneira que eu entendo que deve ser julgado. Ninguém vai, por meio de pressão, obrigar-me a mudar de opinião. Então, foi o que eu fiz. Para minha surpresa, absolvendo o Collor, o Tribunal me acompanhou: foram cinco votos contra três. O Collor foi absolvido das acusações por

cinco a três. Foi realmente a passagem mais difícil que eu tive, nesses 12 anos no Supremo Tribunal. O resto foi tudo bem.

[FF] — *Poderíamos dizer que o momento mais marcante que o senhor viveu como ministro do Supremo foi o julgamento do presidente Collor?*

[IG] — Foi. Foi esse processo. [aponta para o ministro Nelson Jobim e sorri]. Um dia, um jurista de São Paulo, importante, fez uma sustentação oral lá no Supremo e eu virei para o Jobim: “Olha, Jobim, o sujeito sofismando ali na tribuna...”. Aí, quando me deram a palavra, eu disse: “Senhor presidente, lá no Tribunal Federal de Recursos, eu tive um colega por quem eu tinha um apreço muito grande, o ministro Rollemberg... Um dia, um advogado importante – não vou dizer o nome, mesmo porque já morreu – veio para a tribuna sustentar uma situação notoriamente insustentável. Então eu fui ao Rollemberg e consultei: “Ministro, o que é que eu faço, os juristas de São Paulo, os tributaristas, eles são os melhores do país”.

[NJ] — *Isso você estava falando no microfone.*

O apreço pelo direito tributário

[IG] — “De outra parte, contra esses tributaristas, atuam os procuradores da República, que não são *experts* nessa matéria. Então, há uma desigualdade muito grande. De um lado, os tributaristas, os melhores, disparados, os melhores, e do outro, esses procuradores sem vivência tributária”, que era quem defendia a União naquela época. Não havia, ainda, a Advocacia da União. Aí o saudoso ministro Rollemberg me disse: “Olha, Ilmar, vou lhe dar um conselho”. “Pode dizer.” “Vacine-se contra esses tributaristas de São Paulo.” [risos] E eu fui, cheguei lá, disse: “Senhor presidente, olha, quando eu estava no

Tribunal Federal de Recursos, aconteceu isso, isso e isso e o ministro Rollemberg mandou que eu me vacinasse contra os tributaristas de São Paulo, embora, reconhecidamente, os melhores.” [risos]

[NJ] — *Nunca mais foi convidado para congressos ou simpósios em São Paulo.*

[IG] — *Acontecem essas reuniões importantes em São Paulo. Eu sempre gostei do direito tributário. Porque eu fui juiz federal.*

[FF] — *Poderíamos dizer que era a sua especialidade?*

[IG] — *Podia-se dizer isso, sabe? Eu me lembro de que o Pertence dizia que “ICMS é com o Ilmar. ICMS é com o Ilmar. Eu não me meto com esse negócio de ICMS”.*

[NJ] — *Tinha horror a ICMS.*

[IG] — *“Ele é que adora ICMS.” E era assim.*

[FF] — *O senhor me permite uma pergunta? Eu fiquei curioso. A distribuição, no Supremo, ela nunca obedeceu a um critério de especialidade. Quando o senhor era relator de um processo de direito tributário, tudo ok. Mas se, eventualmente, era o Pertence, o relator de um processo de direito tributário, como é que vocês faziam?*

[IG] — *Mas aí... Mas aí é que está. Sabe o que acontecia no Supremo? Ficava... Porque não havia, ainda, a chamada súmula vinculante. Não havia nada disso. Nem havia a [aponta para o ministro Nelson Jobim] pauta temática, que ele introduziu. Era assim: quando ia uma matéria para pauta, tudo que era daquela matéria tinha que vir para ser julgado naquele dia. Não havia isso. Então, o Pertence recebia um caso de ICMS, deixava lá. Aguardando. Aí, quando eu recebia, aí eu levava para julgar. O Tribunal decidia, ele colocava. Era mais ou menos assim que funcionava. Nesse caso da vacina, pisei na bola, porque eu*

tive que dar uma resposta ao jornal, dizendo que, absolutamente, as obras dos tributaristas de São Paulo, eu tinha que manter ao alcance da minha mão, louvando-me nos ensinamentos nelas contidos.

A visita recente ao STF; o volume de processos nos tribunais

[IG] – Passei 12 anos em atividade. Outro dia fui lá, entrei num gabinete, estava literalmente entupido de processos, paredes do chão até em cima [aponta para as paredes da sala]. Aí uma funcionária chegou e disse: “Ministro, o senhor tem saudade aqui do Supremo?” Eu lhe respondi: “Tenho, minha filha. Olha lá a saudade de que eu tenho, olha pela janela. Olha o lago. Dessa vista, eu tenho uma saudade imensa, porque me fazia lembrar minha terra. Também tenho saudade dos bons momentos aqui vividos. Agora, disso aqui [aponta para as paredes, fazendo referência aos processos], absolutamente não!”. [risos] Hoje, eu tive conhecimento de que o acúmulo de serviço está um problema sério. Com todas aquelas medidas que você [Nelson Jobim] tomou, que os outros tomaram e que foram introduzidas pelo legislador: súmula vinculante, repercussão geral, tudo isso fez reduzir o trabalho, é claro – se não houvesse essas medidas, seria pior.

[IG] – Disseram-me que no STJ há cerca de 22 mil *habeas corpus* esperando julgamento, 22 mil *habeas corpus*. Já pensou, 22 mil?!

[FF] – *Como é que o senhor fazia com... [Inaudível].*

[IG] – Ele [Nelson Jobim] foi responsável pela reforma do Poder Judiciário em 88. Lembro-me bem de que eu era da comissão e o Jobim dizia: “Vocês vão ficar satisfeitos, porque o Tribunal Federal de Recursos (TFR) vai transformar-se num tribunal de maior importância, que será o STJ. Vocês vão to-

dos para lá. Passarão a julgar recursos especiais destinados à uniformização da interpretação da lei federal. E o Supremo Tribunal vai ficar só com a matéria constitucional”. O STJ foi criado com 33 ministros. Ele colocou lá na Constituição: 33 ministros, no mínimo. Recebemos, no primeiro ano, 7 mil recursos, mais ou menos. Hoje, entram no STJ perto de meio milhão para serem julgados pelos mesmos 33 membros. Em vez de aumentar o número de ministros, aumenta-se o número de assessores, que na época era um só e hoje já são sete ou oito.

A organização do gabinete no STF e o trabalho cotidiano; a nomeação dos assessores

[FF] — *Ministro, posso aproveitar para perguntar como é que era o seu gabinete? Como é que o senhor montou seu gabinete? Como era o cotidiano do seu gabinete?*

[NJ] — *No Supremo.*

[IG] — O meu, no Supremo?

[FF] — *No Supremo.*

[IG] — No Supremo, no meu gabinete havia uma espécie de linha de montagem de uma fábrica. Eu organizei o gabinete assim: havia um grupo de funcionários que se encarregava de uma triagem inicial. Examinava os processos que entravam diariamente, em carros de mão (gesticula como se empurrasse um carrinho de mão), e efetuava a separação, assim: processos sobre matéria já julgada pelo Supremo, passava à assessoria, para adaptação da decisão do plenário; processos para a Procuradoria da República, encaminhamento para lá no mesmo dia.

[FF] — *E o que precisava era um carimbo e uma assinatura, “à Procuradoria”?*

[IG] — Sim. Eu, em pé mesmo, lançava minha rubrica no carimbo. Havia um assessor só para agravos de instrumento. Lançava o despacho e eu conferia, às vezes alterava, e assinava.

[FF] — *Sim, sim. Agravo de instrumento.*

[IG] — Recursos sobre matéria nova, para a casa do ministro. Pedidos de vista, também. Quando eu pedia vista, eu não deixava tempo para o advogado interessado vir falar comigo, porque eu pedia vista numa sessão e na outra eu já levava meu voto.

[FF] — *Essa linha de montagem foi o senhor mesmo que montou? Que desenvolveu?*

[IG] — Foi. Apliquei o método de trabalho que aprendi no Banco do Brasil, onde tudo era muito prático.

[FF] — *Isso tinha alguma coisa a ver com alguma estratégia de cotidiano de trabalho do Banco do Brasil?*

[IG] — Não era bem assim. Todavia, foi resultado da experiência de ter trabalhado no Banco do Brasil, buscando sempre o modo mais prático de executar o trabalho. E o método deu bom resultado. Quando eu deixei o Supremo Tribunal, em 2003, só restaram, no meu gabinete, os processos que haviam entrado nos últimos 60 dias e os que aguardavam o julgamento do *leading case* pelo plenário. Fora esses, os que estavam na Procuradoria da República. Os funcionários do meu gabinete só trabalhavam um turno. Às 19 horas, iam embora. Eu nunca instituí o regime de dois turnos.

[FF] — *Havia quem botasse dois turnos?*

[IG] — Eu dizia: “Eu fui funcionário, eu sei o que é a vida de um funcionário, eu não vou exigir que os senhores trabalhem dois turnos, não. Mas eu quero que, no turno de trabalho, seja um turno de trabalho, mesmo”.

[FF] — *E havia colegas que colocavam dois turnos?*

[IG] — Ah, não sei. [risos]

[NJ] — *Cada gabinete adotava um regime.*

[IG] — Cada gabinete um jeito.

[NJ] — ... *era uma república.*

[FF] — *E o senhor, como era a sua rotina?*

[IG] — Eu dizia: “Sete horas, todo mundo fora do gabinete. E se eu ficar, não importa”. E às vezes eu ficava só até um pouco mais tarde, resolvendo um problema, pesquisando um outro.

[FF] — *Todos os seus assessores eram de livre nomeação?*

[IG] — Eram indicados por mim. Os assessores, no Supremo, são cargos comissionados, de confiança. Eram dois, no início, e depois, três, para servirem por um ano, prorrogável por outros tantos. Ao final de um ano, o ministro podia indicar o mesmo para novo período. Se um ministro desse um voto negativo, o assessor não podia ser renomeado. Vamos supor que um ministro sabia que o assessor tal havia feito uma falta grave ou média, era vetado.

[NJ] — *E sem fundamentação. Só: “não”.*

[IG] — Esse não vai mais.

[FF] — *Um colega de Supremo dizia: “Eu não concordo com a nomeação do seu assessor”?*

[IG] — Na reunião administrativa, o presidente dizia assim: “Temos aqui a indicação para a renovação do mandato do assessor fulano de tal do ministro Ilmar. O que é que o Tribunal decide?”. Ninguém levantava a voz, pronto, “está aprovado”, era nomeado.

[FF] — *Alguém, alguma vez, já levantou a voz, que o senhor se lembre?*

[IG] — Eu não me recordo.

[NJ] – *Levantei. Um caso.*

[IG] – Levantou. Eu não.

[FF] – *Então, a equipe era o senhor e mais três assessores?*

[IG] – *Éramos eu e três assessores.*

[NJ] – *Os demais servidores eram efetivos, do quadro do Tribunal.*

[IG] – Exatamente.

[FF] – *E ao todo eram quantas pessoas, o senhor se lembra? Mais ou menos.*

[IG] – No gabinete?

[FF] – *No gabinete.*

[IG] – O chefe do gabinete, três assessores e outros sete ou oito.

[FF] – *Três da triagem...*

[IG] – E mais uma meia dúzia de servidores.

[FF] – *Mas quais o senhor não escolhia?*

[IG] – Os efetivos, não comissionados, do quadro do Supremo.

[NJ] – *Eram uns 11, no total. Ao todo eram 11.*

[IG] – Eram uns 11, sim.

[NJ] – *Eram 11.*

O diálogo com interessados políticos em processos judiciais

[IG] – Então era assim. Funcionava bem. E eu, de minha parte, esforcei-me sempre para não deixar o recorrente na expectativa do julgamento por anos a fio. Eu me lembro de que uma vez um senador do Amazonas – já falecido – entrou no gabinete, dizendo: “Ministro, eu sei que o senhor vive sobrecarregado

de processos, mas há um processo na sua mão ao qual eu gostaria que o senhor desse uma preferência”. “Pois não, senador. Vamos ver o que está acontecendo.” Identificado pelo número, eu chamei um assessor, e indaguei: “Você conhece esse caso?”. Aí o Carlos foi logo dizendo: “Sim, ministro, esse processo não está aqui, não. Esse processo está há dois anos na Procuradoria da República. Entrou aqui e no mesmo dia foi para a Procuradoria”. E o senador ficou realmente entusiasmado com aquilo. “Não é possível! No mesmo dia?!” “Foi no mesmo dia.” Não chegou a pernoitar no gabinete [risos], foi logo para a Procuradoria. Porque eles iam sendo separados pela turma da triagem, seguindo de imediato para a Procuradoria, depois do carimbo e da minha rubrica.

[FF] — *O senador era parte no processo?*

[IG] — Não, não. Ele era interessado... Era uma ação em que se impugnava o salário mínimo. Era um mandado de segurança em que se alegava que o salário mínimo, que a Constituição dizia que deve garantir o sustento, a educação e a saúde do trabalhador, na época, não era suficiente para tanto.

[NJ] — *Era para aumentar o salário.*

[IG] — Era isso. Ele era interessado politicamente. E ele foi lá à Procuradoria, tirou o processo, que, retornando ao gabinete, foi julgado. Não da maneira pleiteada, mandando aumentar o salário, porque o STF não se julgava com competência para isso, limitando-se a determinar que o Congresso resolvesse. O Congresso é que tinha poderes para isso.

[FF] — *Ministro, desculpe perguntar, era mais ou menos frequente um interessado politicamente nas ações recorrer e ir ao gabinete do ministro?*

[IG] — Até hoje é. O cidadão, v.g., é senador pelo Acre, é abordado lá por uma pessoa que lhe diz: “Senador, vê se o senhor dá

um jeito, aquele processo, o senhor vai lá...”. “Deixa que eu vou falar com o ministro relator.” Ele vai e fala com o ministro, no interesse de uma pessoa lá no Amazonas.

[NJ] — *Porque nunca vai pedir resultado.*

[IG] — É. Não pede que julgue assim ou assado, não. Isso ninguém pede.

[NJ] — *O que ele precisa ter é a informação, ou seja, o sujeito foi lá para saber que ele foi.*

[IG] — É só para dar prioridade. Porque o grande problema do Poder Judiciário é a morosidade. Isso ainda é o grande problema. Há que se estabelecer um critério: o pedido mais antigo, o de quem está com risco de ir para prisão etc. É uma coisa séria, seríssima. Agora, por quê? Porque a máquina judiciária já não comporta a massa de recursos. O Poder Judiciário brasileiro está sem condições de enfrentá-la.

[NJ] — *Eu não faço contencioso.*

A morosidade do Poder Judiciário

[IG] — Eu digo sempre, perante o Poder Judiciário, um ano de atraso é um dia. Se disser que foi julgado em um ano, considere que foi julgado em um dia; dois anos, dois dias. Outro dia o Supremo desencavou um esqueleto de recurso, que lá estava havia 50 anos. Cinquenta anos paralisado no Supremo. Eu fui relator, no Tribunal Federal de Recursos, da ação de desapropriação da Ponta do Galeão, no Rio de Janeiro, expropriado por Getúlio Vargas, em 1937, para instalar a Base Aérea. Em outro caso, houve um pedido de ingresso num processo como *amicus curiae* manifestamente incabível, e levou dois anos para sair o despacho: Indefiro. Falta o quê? Organização no gabinete. É uma falta de organização. Porque se houvesse uma espécie

de triagem, no mesmo dia, ou na mesma semana, o despacho sairia. O que aconteceu, com certeza, foi que os autos ficaram na prateleira e as partes permaneceram à espera do despacho. Foi necessária uma petição mostrando o absurdo, para que o despacho fosse proferido. Aliás, é um caso de que você [Nelson Jobim] foi relator, é do ICMS sobre passagem de ônibus, até hoje sem julgamento.

[FF] — *Ah! Sobre passagem de ônibus.*

[IG] — Ele foi relator. Eu pedi ao Jobim, antes de sair do Supremo: “Jobim, leva esse processo ao pleno”, e o Jobim atendeu. O Jobim era rápido, muito prático. E aí esse processo foi colocado em pauta, onde se encontra até hoje.

[NJ] — *Era um processo que começou... Era o ICM sobre passagem aérea, que nós julgamos incabível, depois entraram com o ICM sobre transporte urbano, transporte coletivo interestadual. Levou anos.*

[IG] — Dois anos e tanto para indeferir uma petição. Foi feita uma petição mostrando o que aconteceu: quando esse processo entrou no Supremo; quando o Jobim deu o voto; quando, com a saída do Jobim, passou para outro relator, em cujo gabinete já se achava havia dois anos e meio, à espera da decisão sobre o pedido de amicus curiae, que, ainda, levou dois meses para ser apreciado.

[NJ] — *Já decidiram?*

[IG] — O quê?

[NJ] — *Decidiram já isso?*

[IG] — Não, continua em pauta. [risos]. O que acontece, como já disse, é que o Poder Judiciário está inviável, do ponto de vista da morosidade. Está inviável, todo mundo sabe. A justiça eleitoral é mais dinâmica, é mais célere.

A experiência com a justiça eleitoral no TSE

[FABIO ALMEIDA > FA] — *Ministro, e por falar em eleitoral, o senhor foi presidente do TSE.*

[IG] — Fui.

[FA] — *Podia falar como é que foi isso, como é que foi na época? Acho que foi na época... em 1997.*

[IG] — Aconteceu no biênio 1997-1998. O TSE funciona com um corpo de servidores praticamente ocioso, em comparação com os servidores dos outros tribunais. Como funciona à noite, avançando, não raramente pela madrugada, os funcionários permanecem no Tribunal até o encerramento da sessão, fazendo jus a horas extras. Ademais, todo mundo quer levar vantagem. A Embratel, para transmitir os dados da eleição, reunir os dados, exigiu, naquela época, eu me lembro, 18 milhões de reais. Eu tive que apelar para a presidência da República, no sentido de obrigar a empresa a prestar o serviço por bem menos. A Polícia Federal queria 8 milhões. As forças armadas outro tanto. Para confeccionar aqueles filmetes para a televisão, com instruções sobre o modo de votar, uma fundação ganhou a licitação com uma proposta de 9 milhões. Eu pensei: Nem morto eu pago essa quantia. Aí me lembrei de uma empresa pública chamada...

[FF] — *TV Cultura?*

[IG] — Não. Radiobrás. Chamei o presidente da Radiobrás, e lhe disse: “Por quanto o senhor faz isso aqui, esses filmetes?. O senhor faz isso?” “Fazemos”, disse ele. “E quanto custa?” “Vou fazer um cálculo para o senhor.” Levou a proposta e trouxe o cálculo: “Um milhão e meio”. Eu então ainda pechinchei: “Mas está caro. Um milhão e meio é muito dinheiro”. “Olha, ministro, é que nós vamos comprar uma máquina de

filmar, porque nós não temos. Com esse dinheiro, nós vamos comprar essa máquina.” Eu pensei: “É dinheiro que sai do bolso do governo para o bolso do governo, vá lá que seja”. E foi feito. Agora, eu fico imaginando, quanto estarão custando esses filmes de propaganda da próxima eleição e do novo cadastramento? Deve ser uma fábula! Não gostei de administrar esse tribunal, mais precisamente, de administrar a realização de uma eleição, com tantos gastos. Certa feita, quis transferir as sessões para as manhãs. Eu propus aos demais membros: “Que tal nos reunirmos das 8 às 12 horas? Almoçamos aqui mesmo e saímos para os nossos tribunais. Se alguém não concordar, nada feito”. Um de nós vetou. “Bom, então não se fala mais nisso.” Uma das justificativas era compatibilizar o nosso horário com o horário dos tribunais nos Estados, que funcionam de ordinário pelas manhãs. E ficava-se sem contato. Por exemplo, saber quantos membros de um tribunal iriam para um determinado encontro.

[NJ] — *Juristour*.

[IG] — *Juristour*. [risos]

[FF] — *Juristour*. *Ministro, foi de alguma maneira atribulada a sua passagem pelo TSE...*

[IG] — Sim.

[FF] — ... *coincidindo com a reeleição do... com o período reeleitoral do Fernando Henrique?*

[IG] — Houve um incidentezinho desagradável, sabe? Veio uma repórter da *Folha* falar comigo e eu indaguei: “O que você quer saber?”. “O que o senhor acha da reeleição?” Eu disse: “O que eu acho da reeleição é que não é da nossa tradição, da tradição brasileira, mas eu estive agora em Mônaco” – o Jobim esteve também lá –, “numa reunião de empresários” – lembra, Jobim? – “E eu senti, conversando com eles, que havia uma grande ex-

pectativa pela reeleição do Fernando Henrique”. A *Folha de S.Paulo* publicou que eu era favorável à reeleição do Fernando Henrique. Foi um aborrecimento muito grande; o PT veio, pediu meu afastamento do Tribunal, porque disse que eu estava fazendo campanha para o Fernando Henrique. Eu só disse isso: “Não é da tradição, mas há pessoas interessadas na reeleição”. Eu ainda expliquei que havia um inconveniente grande na reeleição porque, quem está no poder não promete, oferece; quem está pretendendo o poder apenas pode prometer. O Tribunal afastou a possibilidade de minha suspeição. Mas foi desagradável.

[FF] — *Chegou a ser suscitada a sua suspeição?*

[IG] — Sim. O Tribunal afastou a possibilidade. O melhor que a gente faz é não falar nada.

O caso Collor: alguns debates; TV Justiça e publicidade dos julgamentos das Supremas Cortes

[FF] — *Ministro, eu posso voltar um pouco em aspectos jurídicos do caso do Collor, que foi, segundo o senhor, um dos momentos marcantes que o senhor viveu no STF?*

[IG] — Sim, sim. Pode.

[FF] — *Havia discussão? Esse caso talvez ilustre um pouco alguns outros, porque a gente tem muita preocupação em saber como era o cotidiano dos ministros. As decisões eram produzidas com base na discussão? Os ministros debatiam as decisões? Esse caso, eu imagino que tenha sido um caso que tomou atenções.*

[IG] — Não, não. Só houve esses ataques. Eu tive que reunir o Tribunal, para saber se confirmava a minha relatoria.

[FF] — *Isso é uma reunião administrativa?*

[IG] — Reunião administrativa.

[FF] — *E elas se davam a portas fechadas, sempre?*

[IG] — Eram a portas fechadas.

[FF] — *O senhor era ministro...*

[IG] — Saiu uma nota...

[FF] — *... na TV Justiça, quando a TV Justiça começa a...?*

[IG] — Não, não. A TV Justiça já foi depois. Foi depois que saí. Foi obra do ministro Marco Aurélio, que redigiu a lei, mandou para o Congresso pela mão de um deputado do Ceará – tudo isso eu acompanhei –, e depois ele mesmo sancionou, como presidente da República, na ausência do Fernando Henrique.

[FF] — *E o senhor?*

[IG] — Eu era da corrente do Moreira Alves, que dizia: “Olha, está bem que se edite a matéria e publique editada, está bem”. É corrigir e tirar, por exemplo, um aborrecimento, um atrito de ministros, tirar e só colocar o que interessa. Mas não, saiu. E isso tem sido realmente bom, porque tem esclarecido a população brasileira sobre os julgamentos. Quem sabe, se vai servir de exemplo para coibir um pouco essa má utilização do dinheiro público?

[FF] — *O senhor está se referindo...?*

[IG] — Mas, de outro lado, tem desgastado o Supremo, por causa dessas rugas lá dentro, esses atritos. E acho que o Moreira Alves tinha razão, sabe? Sabe-se que o Supremo Tribunal hoje é um dos poucos do mundo inteiro que julga dessa maneira.

[FF] — *Ao vivo, na televisão?*

[IG] — Além de ler o voto, é ler para a Nação inteira. E isso tem acarretado o quê? Uma demora excessiva. Porque, antigamen-

te, o ministro dizia: “Senhor presidente, eu estou de acordo com o relator. Tenho o voto escrito, estou entregando aqui meu voto, a fundamentação é mais ou menos a mesma”, e pronto. Eu nunca vi uma extradição durar mais de uma hora e meia, no Supremo, uma extradição, e nós tivemos uma extradição aí que durou três tardes. E no final ainda ficou enrolada.

[FF] — *O senhor está se referindo ao caso do Cesare Battisti?*

[IG] — Porque cada um quer dar o voto, para mostrar, talvez, que está ali, que está compreendendo o problema, que estudou etc. Eu não fui dessa época. Eu sou da época em que se dizia assim: “Presidente, de acordo. Tenho o voto escrito, estou entregando”.

[NJ] — *Ilmar, quando o Gallotti votava, como relator, sobre a questão de funcionário público, a gente nem ouvia.*

[IG] — O Gallotti é um conhecedor profundo do funcionalismo público, do direito administrativo. Quando ele era o relator, pronto, ninguém... Ele está votando, a gente está ouvindo tranquilo, e no final, “de acordo”, “de acordo”, num instante. Era muito grande a quantidade de recursos que se julgava. Hoje, está muito difícil, porque cada um quer pronunciar o voto. O que eu ia dizendo: Um colega me disse que, na Espanha, ele foi dizer que cada ministro pronunciava seu voto alto e bom som no Tribunal – ficaram escandalizados lá. Eu vi, nos Estados Unidos, que o Tribunal só se reúne para ouvir os advogados. Só. Quando não há mais advogado para falar, encerra-se a sessão, eles vão lá para dentro e, lá, eles julgam. Ninguém sabe como é que vai sair o voto, até que um dia é publicado. Mas ninguém discute nada, ninguém fala nada. É só para ouvir o advogado. E na Espanha, eles ficaram escandalizados. “Não é possível! Tem voto assim, em público? Lê o voto?” “É, lê o voto.” Mas agora não lê só para quem está no Tribunal; lê para a Nação inteira.

[FF] — *Então o senhor... Eu achei extremamente interessante*

o que o senhor acabou de dizer, porque o senhor participou de vários processos, mas, na época do senhor, “voto assim”, “voto assado”, “está aqui meu voto escrito”, então, os votos eram curtos – talvez, o do relator, um pouco maior – mas o senhor... Aí nós temos hoje o caso do processo do Mensalão, que estamos todos acompanhando aí, que não termina.

[IG] – Mas é um processo muito extenso.

[FF] – *Extenso e com muita...*

[IG] – São 37 acusados.

[FF] – *O senhor não acha que a cobertura de mídia também altera a duração do julgamento?*

[IG] – Eu não sei. É possível.

[FF] – *Nelson, quer fazer uma pequena pausa? Não tem problema.*

[NJ] – *Não. Eu estou saindo, porque eu tenho um compromisso às 9 horas, eu recebi um telefonema aí, vocês continuam [inaudível].*

[FF] – *Está ótimo.*

[IG] – Jobim, obrigado pela sua presença aqui.

[NJ] – *Ok. Nos vemos. Um abraço.*¹

[IG] – No processo do Collor, não houve essas discussões muito demoradas.

[FF] – *E a cobertura de imprensa modificou alguma coisa, na maneira de julgar o processo?*

[IG] – Não, não. A pressão contra mim não adiantou nada.

[FF] – *Mais pressão, no mínimo.*

[IG] – Pressão houve, mas cinco ministros acompanharam

1 Ministro Nelson Jobim deixa o local da entrevista.

meu voto. Quatro acompanharam – cinco, com o meu que foi vencedor de cinco a três, depois de tanta coisa, de tanta fala, tanta onda. Não digo ameaça, mas tanta campanha. Até hoje se fala na maior corrupção que já houve no país, o que, na verdade, foi desmentido pelo Supremo Tribunal, que não viu comprovada a corrupção do Collor. A acusação contra o Collor hoje, comparado com processo do Mensalão, era uma coisa insignificante, porque uma das acusações feitas ao Collor era de ter comprado, com um dinheiro que o PC havia tirado de algum empresário, um carro utilitário Elba, que era um carrinho muito barato.

[FF] – *O famoso Fiat Elba.*

[IG] – E mais, ter pago um tratamento dentário da mulher, no Rio de Janeiro, também com dinheiro obtido pelo PC Farias; e ter construído uns jardins, na “casa da Dinda”, que diziam semelhantes aos Jardins da Babilônia. Coisas assim. Só isso. Foi o que aconteceu. E isso era tido como a prova da maior corrupção que já houve nesse país. O PC Farias depositou dinheiro em alguns bancos onde abriu contas falsas. Arranjou uns laranjas, umas moças, coitadas, que movimentavam essas contas com o nome de outra pessoa. Apurou-se que constituíam sobra de campanha eleitoral. Sobraram, de fato, 43 milhões de reais, na campanha eleitoral do Collor, e o PC Farias ficou com esse dinheiro, pagando, com ele, o carro, o dentista e as despesas do jardim. Não se descobriu nada, nada que o Collor tivesse prometido a alguém ou que alguém tivesse comparecido perante o Collor para pleitear alguma coisa. É claro que quem deu dinheiro, como dizem que alguns deram para a campanha, foi visando alguma coisa, mas não deu dinheiro para o Collor; deu dinheiro para o PC Farias, tesoureiro da campanha.

[FF] – *Ministro, o senhor compreende então qual foi o fundamento jurídico daqueles que votaram contrariamente ao senhor, no caso do Collor?*

[1G] — Não. Não me recordo. Não me recordo do fundamento, se foi realmente a desnecessidade de um ato, em troca do dinheiro. Não sei se foi isso.

O caso dos expurgos inflacionários do FGTS; o sistema de julgamento por despacho

[FF] — *Ministro, eu posso pedir sua opinião com relação a um outro caso que o senhor participou?*

[1G] — [Silêncio] Interessante, naquele período que eu passei no Supremo, não houve esses casos assim de grande repercussão.

[FF] — *Eu pensei aqui no caso dos expurgos inflacionários do FGTS, que até então havia... Os trabalhadores tinham direito aos expurgos inflacionários de cinco planos econômicos: Bresser, Verão, Collor I e Collor II...*

[1G] — É verdade.

[FF] — *O senhor não se recorda mais como foram esses casos?*

[1G] — Não me recordo, não. Sei que julgamos bastante tais questões. Eu me lembro de que havia uma quantidade imensa de recursos contra a Caixa Econômica. Eu era relator de muitos, de vários, o Moreira Alves também. Então eu fiz meu voto, o Moreira Alves fez o dele, nós levamos para o plenário. Eu dei meu voto, o Moreira Alves deu o dele, discordou um pouquinho do meu, prevaleceu o dele, e julgamos. Acho que foi sobre FGTS. O Plano Bresser sobre o FGTS. Dali em diante, todos os recursos foram julgados, de roldão, por meio de despacho. Naquela época, já tínhamos adotado o sistema de julgar por despacho.

[FF] — *Como é que funcionava esse sistema?*

[1G] — É o seguinte: quando o plenário já havia decidido um caso, os outros casos análogos nós podíamos decidir, não pre-

cisava levar mais ao plenário. E olha, rapaz, o que entrava no Supremo Tribunal de processo sobre FGTS! Eram caminhões. Eu retornando do recesso, encontrei o meu gabinete literalmente tomado de processos. Eu reclamei: “Transformaram o meu gabinete em depósito?. Que diabo é isso?” “Não, ministro, foi o FGTS que chegou.” Aí não tive conversa. Não levou uma semana, já estava tudo de volta, baseado no voto que nós demos no plenário. São soluções que podem ser aplicadas para acelerar os julgamentos. A Emenda Constitucional nº 45, que é chamada a Reforma do Poder Judiciário, criou a súmula vinculante e criou a chamada repercussão geral. O Supremo podia pegar as decisões que ele proferiu no passado e reproduzi-las numa súmula, que será vinculante para todo juiz, para todos os tribunais. E quanto aos novos julgamentos de recursos extraordinários, depois da Emenda 45, criou-se a chamada repercussão geral. O Supremo primeiro verifica se o recurso é um recurso que interessa não somente do ponto de vista econômico, político, social. Ele tem que satisfazer esse requisito. E quando o Supremo entende que satisfaz o requisito, os outros processos iguais que estão nos tribunais param para esperar o julgamento desse recurso extraordinário. Julgado o recurso extraordinário, aplica-se a solução para os demais processos que estão paralisados. O problema é que, enquanto se espera pelo julgamento do STF, os processos ficam paralisados nos outros tribunais. A Administração Pública também é obrigada a cumprir uma decisão do Supremo. Há um despacho do ministro da Fazenda, dizendo o seguinte, em outras palavras: “Quando houver um processo decidido de acordo com o que tiver sido decidido pelo Supremo Tribunal, a Administração não pode recorrer”. Está proibida de recorrer. O Conselho de Contribuintes é o órgão cujas decisões mais interessam aos contribuintes, e o Conselho de Contribuintes também incluiu, no seu regimento interno, uma disposição segundo a qual se a matéria já foi apreciada pelo Supremo Tribunal, o Conselho é obrigado

a adotar a decisão. Então, hoje é pacífico e a Administração é obrigada a cumprir as decisões do Supremo Tribunal.

[FF] — *Ministro, muito obrigado pela aula de direito constitucional...*

[IG] — Não, não...

O último ano no STF; a eleição para presidência do STF e a saída do tribunal; o exercício interino da presidência

[FF] — *Achei interessantíssimas as suas posições. Mas aí, estamos aqui hoje, no dia de hoje, e a gente volta no tempo para 2003, que foi, portanto, seu último ano no Supremo.*

[IG] — Eu era vice-presidente, o Marco Aurélio era o presidente, e o Marco Aurélio foi muito atencioso comigo, porque ele sabia que eu não podia chegar à presidência...

[FF] — *Por quê?*

[IG] — Porque eu ia completar os 70 anos antes de assumir a presidência. O que é que o Supremo fez? Numa sessão, me elegeram como candidato à presidência. Na hora, eu agradeci, disse: “Vamos deixar de brincadeira”. [risos] Levei na brincadeira.

[FF] — *Foi uma surpresa?*

[IG] — Foi, quando ouvi: “Senhores ministros, vamos agora eleger o futuro presidente do Supremo. O candidato, pela ordem de antiguidade, é o ministro Ilmar Galvão”. Aí fizeram a votação e eu fui eleito. Mas aí eu disse: “Vamos deixar de brincadeira. Eu vou sair no dia 1º de maio, dia 2 de maio eu estou fora, não há condição”. Marco Aurélio foi muito meu amigo, me deixou dirigir o Supremo por uns três meses mais ou menos, no último dezembro, no janeiro, em fevereiro, e depois, no mês de maio. Um dia, eu entrei no recinto da sessão e perguntei ao secretário: “Temos muitos mandados de segurança em pauta?”.

“Temos uns 15 mandados de segurança.” Veja só, 15 mandados de segurança. Não era nada. Resolvi: “Vamos hoje julgar os mandados de segurança, todos”. Abri a sessão e fui chamando, um por um. Julgamos todos. Foi uma verdadeira sessão de segurança, como observou o Pertence.

[FF] — *Bom, ministro...*

[IG] — Tem mais alguma coisa?

A vida pós-STF

[FF] — *Poucas. Realmente, eu acho que a gente conseguiu cobrir sobretudo o foco da nossa pesquisa, mas eu gostaria de perguntar... o primeiro dia fora do Supremo.*

[IG] — Essa é uma pergunta, realmente, que as pessoas fazem. Minha mulher é que responde. Minha mulher diz assim: “Ilmar não sentiu nada. Sentiu foi um alívio”.

[FF] — *Foi isso?*

[IG] — Porque há os que sentem muito.

[FA] — *Depressão?*

[IG] — Não. Entra em crise porque deixou a corte.

[FF] — *Sem mencionar os nomes das pessoas, mas o que acontece com a pessoa?*

[IG] — O sujeito fica acabrunhado em casa, não quer comer, acha que passou uma fase da vida que não volta mais e tal, e podia continuar, e não passou a emenda dos 75 e fica lamentando. Eu dou graças a Deus que não passou.

[FF] — *A emenda dos 75?*

[IG] — Porque eu não ia sair; eu ia continuar, em prejuízo meu. Porque eu me aposentei com a esperança de advogar. Meu filho

já tinha esse escritório e me chamou para vir ajudá-lo. Eu vim com a maior satisfação, comecei a advogar, que era uma coisa que eu tinha vontade de fazer.

[FF] — *Até então o senhor nunca tinha advogado?*

[IG] — Muito pouco. Porque eu me formei em dezembro e em fevereiro eu fui para o Acre. Lá, eu fui ser secretário de Estado, diretor de Organização e Método, ou uma coisa assim, e era proibido advogar e fiquei ali sem advogar, até deixar o governo. Foi bom retornar à advocacia. Só não foi melhor porque o Poder Judiciário não decide. É uma dificuldade muito grande: se espera, se entra com uma ação e, muitas vezes, passam décadas sem o julgamento final. E é isso o pior na advocacia. Então, eu hoje estou advogando e já estou querendo deixar, porque já chega, já me acho cansado de esperar decisões. Eu construí uma casa nova aqui em Brasília. Basta!

[FF] — *Que maravilha!*

[IG] — E comprei um apartamento no Rio de Janeiro e fico ali sentado, olhando o mar. Isso tudo, quem me proporcionou foi a advocacia. O Supremo [gesticula com os braços como se quisesse distância] foi uma fase. Não tenho a menor saudade. Se eu disser que tenho uma saudade, é mentira. Não tenho. Outro dia, numa roda, um sujeito perguntou: “Ilmar, você tem saudade?”. Eu digo: “Não. Não tenho, não. Foi bom o tempo que passei, que trabalhei, que viajei. Gostei de ter ido à Indonésia, à posse do presidente de um pequeno Estado onde se fala o português”.

[FF] — *Timor-Leste?*

[IG] — Timor-Leste. Eu fui à posse do Sacha Gusmão, que foi o presidente. Eu fui perto do Japão. Fui aos Estados Unidos várias vezes; fui ao Canadá; visitei a Suprema Corte americana, fui bem recebido lá; fui ver uma eleição – quando ainda estava

no Eleitoral [aponta o dedo para o assistente de pesquisa, Fábio Ferraz de Almeida). Fui ver uma eleição para o Senado...

[FF] — *Americano?*

[IG] — Americano. Eu era presidente da comissão encarregada da aquisição da urna, para elaborar, para conceber a urna. Eu fui o presidente da comissão.

[FF] — *A nossa urna eletrônica.*

O processo de seleção da urna eletrônica a ser usada no Brasil

[IG] — A urna eletrônica. Saiu daqui do TSE. Quem fez a urna eletrônica? Os funcionários do Tribunal e os dos Tribunais de Minas e do Mato Grosso... Havia uns caras lá curiosos que foram fazendo, foram fazendo... Eu fui à Virgínia ver uma eleição numa urna eletrônica. A urna eletrônica era uma mala. Quando se abria a mala, formava-se a cabine, descia um pano e formava a cabine com um painel grande, onde o eleitor punha o dedo na cabeça do candidato. Eu vi isso. Os fabricantes tentaram convencer-nos a adotar o sistema. Então eu lhes disse: “Pelo custo de 9 mil dólares nós não vamos poder adquirir. O Brasil precisa de uma urna pequena, para transportar para o país inteiro; resistente, para poder cair, eventualmente, de cima de um caminhão, sem se danificar; só deve servir para votar, que é para evitar furto. Havia um receio de furto das urnas. Por isso, tinha que ser uma urna que ninguém quisesse furtar, porque não vai servir para nada; barata, compatível com o orçamento brasileiro”. Essa era a urna que nós planejamos. E eu fui para lá, era uma urna imensa, não serviu. Aí eu fui para uma eleição presidencial na Venezuela, na qual empregaram uma urna eletrônica, cujo modelo também não serviu, devido não apenas ao volume, mas também ao custo.

[FF] — *A eleição de Hugo Chávez.*

[IG] — Eu estava lá. Foi também numa urna eletrônica, mas parecia um computador [aponta para o computador da mesa ao lado], também não servia para nós. E fomos, devagarzinho, fomos, fomos, até que saiu essa urnazinha maravilhosa. Emprestamos para países da África, emprestamos para sindicatos. É aquela urna que você chega, dá o número do candidato, aparece a fotografia, “é ele mesmo”, confirma. É uma coisa maravilhosa. Baratíssima, não chega a 600 dólares – não chegava, no meu tempo –, 600 dólares, em comparação com a americana, que era uma fortuna. Os fabricantes de lá me cercaram de toda gentileza. Mas comprar uma urna desse preço? Não havia dinheiro. Fizemos a urna. No meu tempo, com essa urna, fizemos uma eleição no Rio de Janeiro e no estado de Alagoas. Foram os dois estados: no Rio, porque houve um problema na eleição anterior, surgiu um problema sobre quem foi eleito, quem não foi. Não era para governador, não. “Vamos utilizar no Rio de Janeiro,” eu disse; e em Alagoas porque era um estado que se prestava para completarmos a experiência. O resultado foi maravilhoso. Levei essa urna a algumas Assembleias Legislativas para apresentá-la aos políticos que receavam não servir para eleitor analfabeto. A introdução da urna em todos os estados deveria ser feita gradativamente, por causa da despesa, como eu havia prometido ao presidente Fernando Henrique, mas o meu sucessor, não sabendo dessa promessa, mandou fabricar as máquinas que foram utilizadas em todas as sessões eleitorais, nas eleições seguintes.

[FF] — *De quem se tratava?*

[IG] — O ministro Néri da Silveira, que me substituiu. Ele chegou e resolveu que a urna seria utilizada em todo o país. Eu perdi a chance de fazer isso, para ser bonzinho e econômico. [risos] Eu fui lá com o presidente. Tinha recebido o Eduardo

Jorge: “Ministro, o presidente está preocupado com essas urnas”. “Pode dizer a ele que ela vai ser implantada paulatinamente”, eu disse. E não foi. Foi de uma vez só. Era difícil até de fabricar, porque as peças não eram daqui – as peças vinham da Coreia, era um material importado. Eu estive na fábrica em São Paulo, para ver se realmente eles tinham condição de fabricá-las. “Onde é que estão as peças? Já importaram?” “Estão aqui” – abriram o almoxarifado –, “são essas peças aqui.” “É, vocês vão fazer mesmo.” Então foi assim. A urna foi um produto feito com todo o cuidado, com uma agenda: “O que tem que ser a urna? Vamos escrever o que tem que ser a urna. A urna tem que ser econômica, preço baixo; tem que ser robusta; tem que ser de fácil transporte”. Ah, sim, havia outro requisito: a energia. “Ela tem que funcionar com toda espécie de energia: pilhas, bateria ou com energia elétrica de qualquer corrente.” Elas funcionam em qualquer corrente, em 120, 220 etc. Nós dizíamos: “Não, isso não serve. Está faltando aqui esse dado, bateria”. “Não, não serve.” “Por que não serve?” “Porque é muito grande, pesada para transportar para esse país inteiro de barco ou de helicóptero, na Amazônia. O helicóptero vai levar quantas? Se forem grandes e pesadas vai levar três urnas. Tem que levar cinquenta, cem urnas.” E saiu essa urninha, pequena, simpática, que agradou a todos. Eu não sei se a Índia já nos imitou, ou se fez coisa parecida, não sei, mas a Índia era um país que tinha uma eleição grande, de milhões de votos. É a maior concentração de voto no mundo, e eles ficaram de estudar para fazer uma urna, também. Uma urna que recolhe todos os votos de São Paulo no mesmo dia! São Paulo é uma cidade com quantos milhões de eleitores? Parece que 7 milhões, naquela época.

[FF] – *Sim. Só a cidade, não é?*

[IG] – Recolhe esses 7 milhões de votos durante o dia, encerra a eleição às 17 horas, e, às 20 horas, já se tem o resultado geral da eleição. Às 20 horas, já se sabe. Um milagre. Aquilo levava

meses apurando, anulando voto, e não sei o quê, voto riscado, fraude etc. Acabaram as fraudes. Não há mais nada disso. Puseram em dúvida a segurança da urna, se era suscetível de ser manipulada. Eu fiz um desafio: “Procurem um técnico para vir alterar, adulterar a urna, numa votação”. A urna é confiável. Levantaram uma dúvida em Alagoas, mas sem a menor procedência. E depois, eu dizia o seguinte, para um candidato a deputado fraudar a urna, para ser eleito, ele tem que fraudar quantas urnas? Tem que sair fraudando. E alguém vai dizer: “Olha, ele está fraudando”. Não há possibilidade. Não furtoaram nenhuma urna, não se perdeu nenhuma, se emprestou urna para sindicato fazer eleição, para isso, para aquilo. Estão aí as urnas.

[FF] — *Ministro, se eu estou bem percebendo, o senhor, com certeza, considera um dos méritos do seu trabalho na magistratura o seu trabalho na Justiça Eleitoral, como um dos que implantou a votação eletrônica. Porque, na pergunta do Fábio sobre Justiça Eleitoral, o senhor narrou uma experiência não muito feliz.*

[IG] — Sabe a quem eu atribuo a iniciativa das urnas eletrônicas? Eu atribuo ao ministro Velloso. Por que para o Velloso, que foi um presidente antes de mim? Porque teve a coragem de dizer: “Vamos construir uma urna eletrônica”. Aí baixou a portaria: “Ilmar, você é o presidente da comissão de construção da urna”. Eu atribuo todo o mérito ao Velloso, que teve essa coragem. “Vamos fazer uma urna e você, Ilmar, você vai comandar, dentro do Tribunal, uma comissão que vai fazer essa urna.” E fizemos a urna, contando com técnicos de dentro do Tribunal. E fomos de passo em passo e acabou saindo essa urna maravilhosa. Eu não assumo a iniciativa, não. Foi o Velloso. Eu dei minha colaboração em olhar, em viajar para ver o que iria servir, o que não serviria. Eu me lembro de que, lá na Virgínia, perguntaram: “E o que vocês acharam?”. Eu disse: “Olha, nós ficamos satisfeitos de ter vindo aqui, porque vimos o que não

está ao nosso alcance [risos], vimos uma urna que não nos serve”. “Como não?” “Não serve, porque o Brasil é um país pobre, não pode ter uma urna que custa, só uma urna, 9 mil dólares. Nós somos um país que não tem condição para isso. Com 9 mil dólares, nós queremos fabricar 15 urnas, com 9 mil dólares.” A mesma coisa foi lá na Venezuela. Foi bom porque eu conheci Caracas. Fui duas vezes lá [risos]. Vi a eleição do Hugo Chávez.

[FF] — *Hugo Chávez?*

[IG] — O Hugo Chávez. Eu fui lá para a eleição dele, a primeira eleição. Nunca mais saiu do poder. E agora é candidato à reeleição de novo. O povo da Venezuela parece que gosta dele. Pois é isso, foi assim que aconteceram esses fatos.

O último dia no Supremo: o agradecimento à mãe de uma infância pobre

[FF] — *Ministro, geralmente, eu encerro todas essas entrevistas perguntando se o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar, se o senhor gostaria de falar mais alguma coisa. Mas, para mim, foi extremamente elucidativo, quando eu perguntei “e o último dia do Supremo?”, o senhor falou como foi o último dia, como tem sido, que o senhor tem advogado...*

[IG] — Eu me despedi do Supremo lendo um agradecimento aos colegas, fazendo um agradecimento ao Collor; ao Marco Aurélio, pela mão de quem eu cheguei lá, e um agradecimento à minha mãe, coitada, que teve aquela vida... Ela veio aqui para a minha posse e morreu logo depois. E agradecendo a ela o esforço que ela fez para me educar, mantendo-me, à custa de um trabalho dos mais humildes, no colégio. Foi realmente uma heroína. A minha família é de origem muito pobre. Como já disse, meu pai morreu, não deixou nada. Eu fiquei com 7 anos, e não ficou sequer uma pensão. Porque, hoje, a pessoa morre, deixa

uma pensão, deixa qualquer coisa. Não ficou uma pensão, não ficou um patrimônio que pudesse ser desfeito para custear a criação de seis filhos, a maior parte ainda na infância... Nada. Então, minha mãe teve que trabalhar – trabalhos humildes – para manter, para criar tantos filhos, seis filhos, uma escadinha. Não foi brincadeira, não. Eu fui lá outro dia, a Jaguaquara. Eu fui ver a casa onde eu nasci. Eu fiquei estarrecido. “Como que minha mãe teve seis filhos aqui nessa casa?” Sem médico; com parteira. Naquela época era parteira. “Como minha mãe teve seis filhos aqui dentro dessa casa?” Uma tapera, lá em Jaguaquara. Eu tinha perdido a ideia daquilo. Eu fui lá ver depois de muitos anos. “Deixa-me ver onde foi que nasci.” Meu pai, um pequeno comerciante da periferia, acabou levando-nos para Ilhéus, onde achava que teria uma vida melhor. Iria desenvolver o negócio dele. Ele tinha uma venda. Não sei se entendem o que é uma venda. É uma casa comercial pequena.

[FF] – *Um pequeno comércio.*

[IG] – Ele tinha uma venda ali mesmo, ligada na casa. Fomos para Ilhéus; lá ele contraiu impaludismo – terçã maligna – que, naquela época, grassava em Ilhéus – aquele impaludismo que era muito grave, que eu só fui rever lá na Amazônia – e morreu logo. Nós tivemos que voltar de Ilhéus para Jaguaquara. Voltamos para Jaguaquara, e lá nos criamos. Há umas coisas que me deixam arrepiado. Era uma vida de extrema pobreza. Basta dizer que eu vestia apenas uma farda. O colégio exigia uma farda cáqui. Eu tinha uma que vestia a semana toda. No sábado, minha mãe lavava, e na segunda-feira eu entrava de novo na mesma farda. E foi a vida inteira, até terminar o quarto ano ginasial, com aquela farda. Eu nunca tive uma caneta, uma caneta-tinteiro, dicionários etc. “Por que não vou mais a Jaguaquara?” Porque eu não gosto. As recordações de Jaguaquara não são boas para mim. Lá, a infância não foi fácil. Depois de aprovado no Banco do Brasil, fui para Jequié. Era prefeito

de Jequié o Lomanto Júnior, que foi governador da Bahia, foi senador da República. Ele era o prefeito de Jequié. Um dia, recebo um recado para comparecer ao seu gabinete. Eu fui. “O que você está fazendo aqui? Quer falar comigo?” Eu disse: “O senhor mandou chamar-me. Sou Ilmar Galvão?”. “Ah, meus parabéns! Você passou em primeiro lugar no concurso do Banco do Brasil! Olha, a prefeitura vai lhe dar um prêmio: vai pagar o seu curso de segundo grau.”

[FA] — *Científico?*

[IG] — Científico. “Vai pagar o curso científico, os três anos.” Eu fiquei imensamente grato. Um dia, eu, já ministro, fui homenageado em Jequié, pela Câmara dos Vereadores, e ele estava presente. Ele não se lembrava. E eu disse: “Aconteceu isso. Eu fui recebido de braços abertos, aqui em Jequié, porque o prefeito mandou me chamar e me ofereceu um presente, me pagou toda a despesa do meu curso de segundo grau”. “E está aqui o prefeito, o prefeito Lomanto Júnior, a quem devo muito de minha vida”. Ele chegou a verter lágrimas. Quando ele se lembrou, ele chorou. Eu falei, nesse dia: “Foi aqui nessa sala que eu assisti a uma conferência de um ministro do Supremo, Aliomar Baleeiro”. Essas, são boas lembranças da vida, em Jequié. Mas, graças a Deus, a vida... Aconteceu tudo que eu contei aqui. Não fui correndo atrás de nenhum cargo ou vantagem. E hoje eu morreria feliz. Não tenho um problema na minha família. São cinco filhos, oito netos, cinco genros e noras – duas noras e três genros. Não tenho do que me queixar. Sou uma pessoa muito feliz. Às vezes eu fico pensando por que me aconteceu tanta coisa boa. Não tenho um filho, um neto doente, um que nasceu assim, nasceu assado. Perguntaram-me, em São Paulo: “Como é que vai na advocacia?”. Eu disse: “De vento em popa. Muito vento e pouca popa.” [com as mãos, faz o gesto que significa “dinheiro”] [risos].

Considerações finais

[FF] — *Ministro, eu gostaria de agradecer imensamente.*

[IG] — Ah, fique à vontade.

[FF] — *Eu queria, da minha parte, também... A gente não costuma... Eu gostaria de dizer que foi uma das melhores entrevistas que eu já fiz na minha vida. Não é uma vida muito longa na pesquisa, mas já tenho alguma experiência. Até hoje, foi a melhor, uma das melhores que eu já fiz. Adorei a entrevista.*

[IG] — Ah, obrigado.

[FF] — *Em meu nome, em nome do ministro Nelson Jobim, em nome do professor Joaquim Falcão, eu queria agradecer imensamente a sua boa vontade de estar aqui com a gente até... Passa das 21 horas, é importante registrar. O senhor está contribuindo imensamente para a gente conseguir construir, de maneira qualificada, a memória da história recente do Supremo Tribunal Federal.*

[IG] — Tenho o maior prazer. Mesmo porque, quando eu fui para o Acre, eu estava cogitando de uma especialização na Fundação Getúlio Vargas, no Rio. Naquela época, era um dos meus projetos, especializar-me em direito econômico. Mas fui para o Acre, ficou tudo isso para trás e eu nunca mais voltei para morar no Rio, nunca mais. Minha mãe morreu e os irmãos cresceram por lá, vivem por lá. Costumo passar férias, carnaval, num apartamento que possuo no Rio. Todos os meus filhos estão encaminhados na vida. Até o caçula, hoje, é procurador do DF – ela também é –, e ele está fazendo uma bonita carreira acadêmica, já fez doutorado, agora está fazendo pós-doutoramento nos Estados Unidos, lá em Yale. Na metade do mês de outubro, devo ir lá para conhecer a famosa universidade. Eu fui à Universidade de Nova York, onde ele fez mestrado, e agora quero ir à Universidade Yale, em New Haven.

[FA] — *New Haven.*

[IG] — Sim, New Haven.

[FF] — *A Universidade Yale.*

[IG] — É. Eu quero ir lá para conhecer a faculdade onde ele está estudando. Ele já é sócio do nosso escritório. Então, eu não tenho porque estar com saudade do Supremo Tribunal. Saudade apenas da vista que eu tinha lá do meu gabinete, olhando o lago, lá distante, naqueles dias de sol, uma coisa maravilhosa. Disso, sim. Agora, dos processos, daquela quantidade incrível de processos, que não dá descanso, absolutamente, não.

[FF] — *Ministro, obrigadíssimo.*

[IG] — Eu ficaria conversando dessa minha vida por muitas horas. Devo ter sido inexato em alguma informação, devido ao tempo decorrido. São quase 80 anos de vida...

[FF] — *Ah, e a gente então!*

[IG] — Eu gosto de contar a vida, porque não vou contar grandes coisas, grandes realizações, mas conto o que me aconteceu, o que veio ao meu encontro. Essas coisas vieram ao meu encontro. Essa minha carreira na magistratura foi uma carreira que eu nunca podia imaginar que fosse acontecer. Não queria ser juiz, nunca quis, e fui ser juiz, para acabar ministro do Supremo. As coisas vieram sem que eu houvesse procurado.

[FA] — *Fica à vontade.*

[FF] — *Sim, ministro. Muitíssimo obrigado.*

[IG] — Pelo menos fica no arquivo registrado quem foi esse ministro Ilmar Galvão.

[FIM DA ENTREVISTA]

5

Equipe do Projeto

COORDENAÇÃO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha

CONSELHO CONSULTIVO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha
Joaquim Falcão
Oscar Vilhena Vieira
Celso Castro
Mário Brockmann Machado
José Reinaldo de Lima Lopes
Diego Werneck Arguelhes
Pedro Abramovay
Daniel Vargas

EQUIPE FGV DIREITO RIO

PESQUISADOR
Fernando Fontainha

ASSISTENTES DE PESQUISA

Carlos Victor Santos
Fábio Almeida
Izabel Nuñez
Leonardo Sato

BOLSISTAS

Alexandre Neves Jr.
Amanda Martins
Gabriela Maciel
Júlia França
Luciana Frattini
Márcia Goldman
Thiago Filippo
Verônica Otero

EQUIPE FGV DIREITO SP

PESQUISADOR
Rafael Mafei

ASSISTENTE DE PESQUISA
Thiago Acca

BOLSISTAS
Bárbara Gama
Jullian Melo
Thiago Megale

EQUIPE CPDOC

PESQUISADORES
Angela Moreira
Christiane Jalles
Marco Vannucchi

ASSISTENTE DE PESQUISA
Fabrícia Guimarães

BOLSISTAS
Hugo Anciães
Ivan Albuquerque
Pedro Saliba
Yasmin Curzi

Este livro foi produzido pela FGV DIREITO RIO,
composto com as famílias tipográficas Corbel
e Sentinel e impresso em papel pólen bold pela
gráfica J. Sholna em 2015.



O ministro Ilmar Galvão foi entrevistado pelos pesquisadores Fernando Fontainha e Fábio Almeida, em 25 de setembro de 2012, em seu escritório, em Brasília.

ISBN 978-85-63265-65-4



9 788563 265654 >



ASSISTA AQUI AO
VÍDEO DA ENTREVISTA!